

Ideiasnet S.A.

*Demonstrações Financeiras Referentes ao
Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2015
e Relatório dos Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

IDEIASNET S.A.

INFORMAÇÕES ANUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Balancos patrimoniais

Demonstrações de resultados

Demonstrações de resultados abrangentes

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Demonstrações do valor adicionado

Notas explicativas às demonstrações financeiras

IDEIASNET S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Contexto operacional

A Ideiasnet S.A. (“Companhia”) é uma companhia de *venture capital* e gestora de fundos, localizada na cidade do Rio de Janeiro, à Rua Visconde de Pirajá, 572, 4º andar - Ipanema, que adquire participações diretas e indiretas em companhias do setor de Tecnologia, Mídia e Telecomunicações (TMT) no Brasil e América Latina, além de administração e gestão de carteira e recursos próprios e de terceiros e outros veículos de investimentos. A Companhia participa (i) em empresas de maior porte, com posição de liderança em seus segmentos de mercado, e (ii) em empresas em estado inicial de desenvolvimento que têm significativo potencial de ganhar escala e atingir uma posição de liderança em seus respectivos segmentos de atuação.

A Companhia visa a maximizar o retorno dos seus investimentos através de uma gestão ativa do seu portfólio. Esta gestão se traduz em uma atuação constante em operações de fusões e aquisições, de novos investimentos em companhias com alto potencial de crescimento e de uma avaliação constante do portfólio atual com o objetivo de determinar o melhor momento de efetuar um desinvestimento. Na sua atuação junto às investidas, a Ideiasnet compartilha experiências e know-how, viabiliza o acesso à obtenção de recursos financeiros, gera sinergias, e busca a aceleração do desenvolvimento de suas atividades. Participando dos conselhos de administração de suas investidas, a Companhia contribui ativamente na definição conjunta de estratégias e metas, no posicionamento de mercado, assim como na identificação, negociação e estruturação de aquisições, contatos estratégicos, e na seleção de seus principais executivos.

Por sua experiência, conhecimento do setor de TMT e histórico de crescimento, a Companhia consegue identificar novas oportunidades de investimento agregando valor às empresas investidas, implementando as melhores práticas de gestão e permitindo que elas apresentem taxas significativas de crescimento ao longo dos anos. Adicionalmente, a Companhia busca identificar modelos de negócios no setor de TMT, já desenvolvidos em outros países, e que possam ser implementados com sucesso principalmente no Brasil e na América Latina.

A Companhia iniciou suas atividades em 10 de abril de 2000, tendo por objetivo a participação no capital de outras sociedades, empreendimentos e consórcios como sócia, acionista, quotista ou consorciada. Em 08 de junho de 2000, a Companhia tornou-se a primeira empresa de Tecnologia de Informação brasileira a lançar ações no mercado, sendo todas ordinárias (IDNT3). Em 14 de janeiro de 2008, a Ideiasnet entrou no novo mercado na BM&FBovespa.

Em 2013, a Ideiasnet se credenciou como Gestora de Recursos, podendo, assim, atuar na captação de Fundos de Investimentos com investidores nacionais e internacionais, sempre com o objetivo de investir em empresas do setor de TMT. Pela atuação como Gestora, a Companhia poderá ser remunerada com taxas de administração e desempenho, tendo, assim, uma fonte adicional de recursos para cobrir seus gastos operacionais.

O negócio da Ideiasnet, administração de fundos de Venture Capital, tem uma peculiaridade no que se refere à gestão de seu fluxo de caixa. Muitas das empresas em que investimos ainda se encontram em uma fase de seu negócio cujo consumo de caixa é acelerado e são financiadas, principalmente, por seus acionistas, gerando capital circulante líquido consolidado negativo. De acordo com o plano de negócio da Companhia, o caixa a ser utilizado nas operações virá da taxa de administração recebida pela gestão do Ideiasnet FIP I, aumentos de capital, eventuais desinvestimentos, refinanciamentos de dívidas para longo prazo e futuros dividendos provenientes das empresas mais maduras. As operações geradas pelas controladas e coligadas são descritas na nota explicativa 12.

A Companhia tem como objetivo a recuperação de empresas para futuro desinvestimento.

Definimos o termo “Grupo” para Ideiasnet e suas controladas diretas e indiretas e controladas em conjunto.

1.2. Situação financeira de controladas (diretas e indiretas)

Officer S/A Distribuidora de Produtos de Tecnologia (em recuperação judicial)

A 5225 Participações S.A., que inclui sua controlada Officer (em recuperação judicial), tem apresentado capital circulante líquido consolidado negativo em decorrência da concentração do endividamento bancário no curto prazo. Com o objetivo de reduzir a alavancagem dessa controlada, a Companhia aprovou, em 22 de junho de 2015, aumento de capital na 5225 Participações através do Ideiasnet FIP II, resultando no aporte efetivo de recursos no montante de R\$27.100 na mesma data e no montante de R\$21.600 em 20 de julho de 2015. Com esse aumento de capital, o Ideiasnet FIP II passou a deter uma participação de 49,8% do capital da 5225 Participações.

Nessa transação, o controle da 5225 Participações passou a ser exercido pelo Ideiasnet FIP II e não mais pelo Ideiasnet FIP I. Desta forma, a Companhia apurou um ganho na variação de participação no capital da 5225 Participações, uma vez que esta empresa passou a ser controlada pelo Ideiasnet FIP II, cuja participação da Companhia é de 100%, e não mais pelo Ideiasnet FIP I, cuja participação da Companhia é de 81,76%, no montante de R\$7.515.

Em 31 de dezembro de 2015, a Officer (em recuperação judicial) incorreu em prejuízo total de R\$123.584, capital circulante negativo de R\$142.334 e patrimônio líquido negativo de R\$89.819. Essas condições indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Officer (em recuperação judicial).

Ao longo de 2015, a Officer (em recuperação judicial), em conjunto com a Companhia, trabalhou intensamente na sua reestruturação operacional e financeira, com o intuito de melhorar a rentabilidade de suas operações e adequar o perfil da dívida à sua capacidade de geração de caixa. Entre as iniciativas tomadas, destacam-se (a) a redução significativa do quadro de funcionários; (b) a negociação com fornecedores; (c) a negociação com os principais bancos credores; (d) o aprimoramento das ferramentas de controle gerencial; e (e) a busca por novas alternativas de capitalização, além do aporte de capital de R\$48.700 realizado pela Companhia na controlada 5225 Participações S.A. nos meses de junho e

julho de 2015, com o objetivo de reduzir o seu endividamento bancário e liberar recebíveis da Officer (em recuperação judicial) então cedidos em garantia.

Porém, não obstante os esforços empenhados, essas iniciativas não lograram os resultados necessários para reverter a situação crítica de caixa da Officer (em recuperação judicial), o que a levou a tomar a decisão de ajuizar pedido de recuperação judicial em 16 de outubro de 2015. A Companhia e a Officer (em recuperação judicial) chegaram à conclusão de que esta seria a alternativa mais adequada diante da situação econômico-financeira da controlada, resultante do agravamento da crise econômica do País, do atraso no recebimento de faturas e da dificuldade de se obter razoáveis condições de financiamento. Essa decisão teve por objetivo preservar os valores e a função social da Officer (em recuperação judicial), atendendo de forma organizada aos interesses de seus credores e acionistas diretos e indiretos e contingenciando de maneira responsável os seus ativos.

Em 26 de outubro de 2015, conforme despacho judicial, foi deferido o processamento da recuperação judicial da Officer (em recuperação judicial), sendo nomeado o administrador judicial. A partir da publicação dessa decisão, a Officer (em recuperação judicial) tinha o prazo de 60 dias para apresentação do Plano de Recuperação Judicial (“Plano”). Ainda, a partir desse momento, todas as ações dos credores que estavam cobrando dívidas ficam suspensas por 180 dias, prazo que a Officer (em recuperação judicial) tem para aprovar, em conjunto com os credores, o plano a ser apresentado. Os juros e atualizações monetárias incidentes sobre os saldos em aberto de fornecedores foram calculados e registrados até a data do deferimento do pedido de recuperação judicial (26 de outubro de 2015). A partir de então, não houve registro de juros e atualização monetária adicionais, conforme descrito nas condições gerais do Plano, no contexto da Lei de Recuperação Judicial.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 31, a Officer (em recuperação judicial), juntamente com seus consultores e assessores jurídicos, preparou referido Plano, o qual foi divulgado, em 27 de janeiro de 2016, por meio do Edital de Processamento de Recuperação Judicial, publicado no Diário Oficial, para que os credores pudessem analisar os créditos e efetuar as devidas contestações na redução significativa da dívida por meio de deságio. Referido Plano será submetido à aprovação em Assembleia de Credores a ser convocada nos termos da Lei de Recuperação Judicial.

Em linhas gerais, o Plano considera os saldos vencidos com credores sem juros e com incidência de TR para parcelamento, a partir da data da homologação do Plano. Além disso, estabelece um conjunto de alternativas para escolha dos credores, que consideram diferentes condições de liquidação dos valores em atraso, com prazos de carência variando de 8 a 36 meses, prazos para pagamento variando de 60 a 240 meses e descontos em uma faixa de zero a 80% do saldo, dependendo das condições a serem oferecidas pelos fornecedores. Referido Plano ainda oferece alternativas relacionadas às transações futuras com fornecedores, contemplando prazos para pagamento, limites de crédito dentro de uma faixa pré-estabelecida e contínuo fornecimento de produtos para revenda. Esses fatores são importantes e decisivos para o processo de recuperação judicial da Companhia.

Nesse momento, apesar dos esforços da Administração na elaboração do Plano e na discussão com seus credores, a continuidade das operações da Officer (em recuperação judicial) depende de fatores externos, os quais não se encontram sob o controle da Administração, relacionados à concessão de créditos e prazos de pagamento adicionais por parte de seus credores, bem como à retomada de vendas em volumes incrementais aos atualmente praticados, a partir de eventual aprovação do Plano. Tais fatores são imprescindíveis para tornar os negócios da Officer (em recuperação judicial) rentáveis, permitir geração de caixa através de suas atividades operacionais, e retomar sua habilidade em obter empréstimos de bancos ou receber aportes de capital de investidores. Na data de aprovação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o Plano encontra-se em processo de análise por parte dos credores.

Automatos Participações S.A. e BP Participações e Administração S.A.

As controladas indiretas Automatos Participações S.A. (“Automatos”) e BP Participações e Administração S.A. (“BP”), em 31 de dezembro de 2015, geraram prejuízo total de R\$17.117 mil e, naquela data, seus passivos circulantes excediam os seus ativos circulantes em R\$27.254 mil (valores representados pela participação da Companhia nessas investidas). Essas condições indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional dessas controladas indiretas. A continuidade das operações dessas investidas depende de sua capacidade de tornar seus negócios rentáveis e gerar caixa em suas atividades operacionais, bem como de sua habilidade em obter empréstimos de bancos ou de investidores ou receber aportes de capitais de investidores. Presentemente, a Administração dessas controladas está em processo de discussão junto a seus controladores a respeito da existência ou não de alternativas para o equacionamento da situação financeira acima descrita, bem como sobre eventuais ações a serem tomadas no sentido de garantir a continuidade normal de suas operações.

Padtec S.A.

A controlada em conjunto Padtec S.A. (“Padtec”) apresentou, em 2015, prejuízo consolidado de R\$152.550, devido, principalmente, aos ajustes extraordinários referentes a redução dos estoques, produtos e das atividades operacionais, decorrentes das dificuldades enfrentadas em suas operações. Por outro lado, a Padtec reduziu seu endividamento líquido em 2015 passando de R\$148.477 para R\$92.107. Essa redução deve-se basicamente melhora nos prazos de recebimento de clientes, redução do ciclo de entrega e a venda do investimento Clarify. Além disso, parte significativa das receitas de venda da Padtec é derivada de cinco clientes que representam mais de 76,5% de sua receita líquida de vendas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a receita líquida de vendas da Padtec para esses clientes foi de R\$145.723 (R\$280.872 em 31 de dezembro de 2014), representando 76,5% e 85,7% da receita líquida, respectivamente.

Para a reversão dessa situação, a Administração da controlada em conjunto elaborou, para os próximos três anos, um plano de negócio com foco na geração de caixa e desenvolvimento de novos produtos. A Padtec, com base nessas projeções, análises e negociações de alongamento de dívidas para longo prazo com as instituições financeiras, entende que os fluxos futuros de caixa serão suficientes para a manutenção das atividades operacionais.

As demonstrações financeiras das controladas Officer (em recuperação judicial), Automatos, BP e Padtec, foram preparadas com base no pressuposto da continuidade normal dos seus negócios e não incluem quaisquer ajustes contábeis relativo à realização e classificação dos valores de ativos e passivos. Tais ajustes seriam requeridos no caso de insucesso das medidas adotadas para o restabelecimento do equilíbrio financeiro dessas investidas, inclusive nas hipóteses de não aprovação do plano de recuperação pelos credores da Officer (em recuperação judicial) ou de não cumprimento pela Officer (em recuperação judicial) das condições estabelecidas no plano aprovado pelos credores.

A Administração da Companhia continuará a monitorar a crise da economia brasileira e seus impactos sobre a Companhia e suas investidas.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem as demonstrações financeiras individuais da controladora, identificadas como Controladora, e as demonstrações financeiras consolidadas, identificadas como Consolidado, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A Administração da Companhia entende que todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às informações utilizadas na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 18 de março de 2016.

2.1.1. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.1.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.1.3. Uso de estimativas e julgamentos

A aplicação das políticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 3, a seguir, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que podem afetar significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras dentro do próximo exercício financeiro estão incluídos nas seguintes notas explicativas:

- Nota 1 - Continuidade
- Nota 16 - Provisões para riscos.
- Nota 25 - Utilização de prejuízos fiscais e impostos e contribuições diferidos.
- Nota 25- Tributos diferidos.

3. PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pelo “Grupo”, em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.1. Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades (incluindo entidades estruturadas) controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia:

- Tem poder sobre a investida.
- Está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.
- Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia reavalia se detém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

Quando a Companhia não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida, ela terá o poder sobre a investida quando os direitos de voto forem suficientes para capacitá-la na prática a conduzir as atividades relevantes da investida de forma unilateral. Ao avaliar se os direitos de voto da Companhia em uma investida são suficientes para lhe conferirem poder, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes, incluindo:

- A dimensão da participação da Companhia em termos de direitos de voto em relação à dimensão e dispersão das participações dos outros detentores de direitos de voto.
- Direitos de voto em potencial detidos pela Companhia, por outros detentores de direitos de voto ou por outras partes.
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais.
- Quaisquer fatos e circunstâncias adicionais que indiquem que a Companhia tem, ou não tem, a capacidade de conduzir as atividades relevantes no momento em que as decisões precisam ser tomadas, incluindo padrões de votação em assembleias anteriores.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do

método de equivalência patrimonial.

3.1.1. Mudanças nas participações do Grupo em controladas existentes

Nas demonstrações financeiras, as mudanças nas participações do Grupo em controladas que não resultem em perda do controle do Grupo sobre as controladas são registradas como transações de capital. Os saldos contábeis das participações do Grupo e de não controladores são ajustados para refletir mudanças em suas respectivas participações nas controladas. A diferença entre o valor com base no qual as participações não controladoras são ajustadas e o valor justo das considerações pagas ou recebidas é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Companhia.

Quando o Grupo perde o controle de uma controlada, o ganho ou a perda é reconhecido na demonstração do resultado e é calculado pela diferença entre: (i) a soma do valor justo das considerações recebidas e do valor justo da participação residual; e (ii) o saldo anterior dos ativos (incluindo ágio) e passivos da controlada e participações não controladoras, se houver. Todos os valores reconhecidos anteriormente em “Outros resultados abrangentes” relacionados à controlada são contabilizados como se o Grupo tivesse alienado diretamente os correspondentes ativos ou passivos da controlada (ou seja, reclassificados para o resultado ou transferidos para outra conta do patrimônio líquido, conforme requerido ou permitido pelas IFRSs aplicáveis).

3.2. Combinações de negócios

As combinações de negócio são registradas na data de aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para o Grupo utilizando o método de aquisição. Controle é o poder de governar a política financeira e operacional da entidade de forma a obter benefícios de suas atividades. Quando da determinação da existência de controle o Grupo leva em consideração os direitos de voto potenciais que são atualmente exercíveis.

O Grupo mensura o ágio na data de aquisição como:

- O valor da contraprestação transferida; mais
- O montante reconhecido de qualquer participação não-controladora na adquirida; mais
- Se a aquisição foi realizada em estágios, o valor justo de qualquer participação detida anteriormente à aquisição; menos
- O montante líquido (geralmente a valor justo) dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos.

Quando o valor gera um montante negativo, o ganho com compra vantajosa é reconhecido diretamente no resultado do exercício.

Os custos de transação, exceto os custos relacionados a emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio, que o Grupo incorre em conexão com a combinação de negócios são registrados no resultado conforme incorridos.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. Para as demais, as alterações subsequentes no valor justo são registradas no resultado do exercício.

3.3. Investimentos em empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*)

Uma *joint venture* é um acordo conjunto através do qual as partes que detêm controle conjunto sobre o acordo possuem direitos sobre os ativos líquidos do acordo conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de controle, aplicável somente quando as decisões sobre as atividades relevantes requerem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

Os resultados e os ativos e passivos *joint ventures* são incorporados nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de equivalência patrimonial.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, um investimento em uma *joint venture* é reconhecido inicialmente no balanço patrimonial ao custo e ajustado em seguida para reconhecer a participação do Grupo no resultado e em outros resultados abrangentes *joint venture*. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma *joint venture* ultrapassa a participação do Grupo nessa *joint venture* (que inclui quaisquer participações de longo prazo que, em sua essência, formam parte do investimento líquido do Grupo na *joint venture*), o Grupo deixa de reconhecer sua participação em perdas adicionais. As perdas adicionais são reconhecidas somente na medida em que o Grupo incorreu em obrigações legais ou presumidas ou assumiu obrigações em nome da *joint venture*.

Um investimento em uma *joint venture* é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial a partir da data em que a investida se torna uma *joint venture*. Na aquisição do investimento em uma *joint venture*, qualquer excedente do custo do investimento sobre a participação do Grupo no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida é reconhecido como ágio, que é incluído no valor contábil do investimento. Qualquer excedente da participação do Grupo no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida sobre o custo do investimento, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado do período em que o investimento é adquirido.

3.4. Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações financeiras de cada empresa do Grupo, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

Para fins de apresentação destas demonstrações financeiras consolidadas, os ativos e passivos das operações do Grupo no exterior são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim do exercício. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do período, a menos que as taxas de câmbio tenham flutuado significativamente durante o período; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio da data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são classificadas em outros resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido (e atribuídas às participações não controladoras, conforme apropriado).

3.5. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Grupo se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O Grupo não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pelo Grupo nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial, somente quando, o Grupo tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O Grupo classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias:

i. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Grupo gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos do Grupo. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

ii. Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como disponíveis para venda ou que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou

(c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

As variações no valor contábil dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas em “Ajuste de avaliação patrimonial (líquido de impostos)” e acumuladas na rubrica “Ajuste acumulado de conversão”.

Quando o investimento é alienado ou apresenta redução ao valor recuperável, o ganho ou a perda acumulado anteriormente é reclassificado para o resultado.

iii. Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

iv. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

Passivos financeiros não derivativos

O Grupo reconhece títulos de dívidas emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Grupo se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Grupo baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

O Grupo classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

O Grupo tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e transações com partes relacionadas.

3.6. Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são posteriormente mensurados pelo valor justo no final de cada período de relatório. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de *hedge*; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de *hedge*. Um derivativo

com valor justo positivo é reconhecido como ativo, enquanto um derivativo com valor justo negativo é reconhecido no passivo.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia e suas controladas não possuíam operações em instrumentos financeiros derivativos. Em 31 de dezembro de 2014, a controlada Officer (em recuperação judicial) possuía operações em instrumentos financeiros derivativos.

3.7. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas.

As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso da taxa de juros efetiva menos a provisão para crédito de liquidação duvidosa, se necessário. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber, sendo considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas.

3.8. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

3.9. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a

construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativos são as seguintes:

Imóveis	25 anos
Instalações prediais	1 a 14 anos
Móveis e utensílios	1 a 14 anos
Máquinas e equipamentos	1 a 14 anos
Equipamentos de informática	1 a 5 anos
Veículos	8 a 9 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros (*)	2 a 14 anos

(*) Em período inferior dependendo do período contratual

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais poderão ser revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

3.10. Intangível

Ágio

Nas demonstrações financeiras consolidadas o ágio resultante na aquisição de controladas e fundamentado em rentabilidade futura é registrado como ativo intangível conforme CPC 04 (R1) - Ativo intangível.

Os ágios são mensurados a custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Com relação às investidas registradas por equivalência patrimonial, o valor contábil do ágio é incluído no valor contábil do investimento, e uma perda por redução ao valor recuperável sobre tal investimento é alocada para o valor contábil do investimento e são registradas por equivalência patrimonial.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

A vida útil estimada dos ativos intangíveis da Companhia e suas controladas é como segue:

Marcas registradas e licenças	5 a 30 anos
Software	em até 5 anos
Carteira de clientes	2 a 5 anos

3.11. Redução ao valor recuperável de ativos

A Companhia e suas controladas revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia e suas controladas calculam o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponível para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

3.12. Ativo mantido para venda e operações descontinuadas

Os ativos não circulantes e os grupos de ativos são classificados como mantidos para venda caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando o ativo (ou grupo de ativos) estiver disponível para venda imediata em sua condição atual, sujeito apenas a termos usuais e costumeiros para venda desse ativo (ou grupo de ativos), e sua venda for considerada altamente provável.

Quando a Companhia está comprometida com um plano de venda que envolve a alienação de um investimento, ou de uma parcela de um investimento, em uma coligada ou *joint venture*, o investimento, ou a parcela do investimento, que será alienado é classificado como mantido para venda, e a Companhia descontinua o uso do método de equivalência patrimonial em relação à parcela classificada como mantida para venda. Qualquer parcela de um investimento em uma coligada ou *joint venture* que não foi classificada como mantida para venda continua sendo contabilizada pelo método de equivalência patrimonial. A Companhia descontinua o uso do método de equivalência patrimonial no momento da alienação quando a alienação resulta na perda de influência significativa sobre a coligada ou *joint venture*.

Após a alienação, a Companhia contabiliza qualquer participação detida na coligada ou *joint venture* de acordo com o IAS 39 (equivalente ao CPC 38), a menos que a participação detida continue sendo uma coligada ou *joint venture*, caso em que se usa o método de equivalência patrimonial.

Os ativos não circulantes (ou o grupo de ativos) classificados como destinados à venda são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor justo menos o custo de venda.

3.13. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3.14. Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos no patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

3.15. Remuneração com pagamento baseado em ações

Os planos de remuneração com base em ações são mensurados pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. Os detalhes a respeito da determinação do valor justo desses planos estão descritos na nota explicativa nº 18.

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No final de cada encerramento de exercício, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do exercício, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na conta Reserva de capital - Plano de opção de ações que registrou o benefício aos empregados.

3.16. Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando da transferência dos riscos e benefícios aos clientes. Receitas de serviços são reconhecidas quando da prestação dos serviços. A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando-se o método da taxa de juros efetiva.

3.16.1. Vendas de produtos

A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos.
- A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos.

- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade.
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluam para a Companhia.
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

3.16.2. Prestação de serviços

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência a pesquisas de trabalhos realizados.

3.16.3. Receita de juros e dividendos a receber

A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e suas controladas e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

Os dividendos a receber de investimentos são reconhecidos quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido, desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor possa ser mensurado com confiabilidade.

Na análise da operação e dos contratos com certos fornecedores de suas controladas, a Companhia avaliou os fatores constantes no CPC 30 (R1) - Receitas, dentre eles (i) responsabilidade primária; (ii) risco de estocagem; (iii) liberdade para estabelecer preços e (iv) risco de crédito, e concluiu que a sua atuação se qualifica como principal no caso da controlada Officer (em recuperação judicial).

3.17. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia e suas controladas em receber o pagamento são estabelecidos. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis). Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à

aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

3.18. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias:

- O reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável;
- Diferenças relacionadas a investimentos em controladas, filiais e coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto (*joint venture*) quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível; e
- Imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas as posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto a adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.19. Apresentação de relatórios por segmento

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para os principais tomadores de decisões operacionais, representados pelo Conselho de Administração e pela Administração, sendo estes os responsáveis pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais. A Companhia possui os seguintes segmentos reportáveis: *E-commerce*, *Mídia*, *Comunicação & Conteúdo*, *Distribuição & TI*, *Cloud computing* e *Outros*.

3.20. Demonstração do valor adicionado (DVA)

A companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

3.21. Demonstração do Fluxo de Caixa

A Companhia optou por apresentar os fluxos de caixa oriundos de pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos passivos como atividade de financiamento.

Adicionalmente, o fluxo de caixa relativo a impostos parcelados está classificado como fluxo de caixa da atividade operacional.

3.22. Normas e interpretações novas e revisadas

Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou não tiveram efeito material sobre as demonstrações financeiras.

A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas que passaram a ser aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2015. A aplicação dessas normas não teve impacto relevante nos montantes divulgados no período atual nem em períodos anteriores.

Modificações à IAS19 (CPC 33) - Benefícios a Empregados.

Modificações às IFRS - Ciclos de Melhorias Anuais 2010-2012.

Modificações às IFRS - Ciclos de Melhorias Anuais 2011-2013.

3.23. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2015

A Companhia não adotou as IFRS novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não efetivas:

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (b).

IFRS 14 - Contas regulatórias diferidas (a).

IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes (b).

IFRS 16 - Arrendamento mercantil (c).

Modificações à IFRS 11 - Contabilizações de Aquisições de Participações em Operações Conjuntas (“Joint Operation”) (a).

Modificações à IAS 16 e IAS 41 - Ativo Imobilizado, Ativo Biológico e Produto Agrícola (a).

Modificações à IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimentos sobre os Métodos aceitos de Depreciação e Amortização (a).

Modificações à IAS 27 - Opção para Utilização do Método de Equivalência Patrimonial nas Demonstrações Financeiras Separadas (a).

Modificações à IFRS 10 e IAS 28 - Venda ou Contribuição de Ativos entre Investidor e seu Associado ou “Joint Venture” (a).

Modificações às IFRS - Ciclos de Melhorias Anuais 2012-2014 (a).

Modificações à IAS 1 - Esclarecimentos sobre o processo julgamental de divulgações das Demonstrações Financeiras (a).

Modificações às IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 - Aplicação de exceções de consolidação de entidades de investimento (a).

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após:

(a) 1º de janeiro de 2016;

(b) 1º de janeiro de 2018; e

(c) 1º de janeiro de 2019.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes para determinadas IFRS anteriormente citadas, com data efetiva de adoção para 2018 e 2019, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada das IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo do CFC.

A Companhia não adotou de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015. É esperado que nenhuma dessas novas normas tenha efeito material sobre as demonstrações financeiras, exceto pela IFRS 9 que pode modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Caixa e bancos	3	3	3.525	10.127
Aplicações financeiras de liquidez imediata	487	287	27.818	40.100
	<u>490</u>	<u>290</u>	<u>31.343</u>	<u>50.227</u>

As aplicações financeiras da controlada Officer (em recuperação judicial) referem-se a operações lastreadas em debêntures no valor de R\$26.518 (R\$34.664 em 31 de dezembro de 2014), que são efetuadas em reais (R\$) e remuneradas de acordo com a variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, não sujeitas a um significativo risco de mudança de valor e a Officer (em recuperação judicial) possui direito de resgate imediato.

Os demais valores referem-se a CDB (Certificado de Depósito Bancário), mantidos principalmente pelas controladas Tectotal, Montpellier, IdeiasVentures, nos valores de R\$695, R\$30 e R\$88 respectivamente, com uma remuneração média de 100% CDI.

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 27.

5. CAIXA E APLICAÇÃO FINANCEIRA VINCULADOS

	Consolidado	
	31/12/15	31/12/14
Caixa vinculado (a)	4.244	1.323
Aplicações financeiras vinculadas (b)	-	20.251
	<u>4.244</u>	<u>21.574</u>

a) A controlada Officer (em recuperação judicial) possui saldo de caixa vinculado referente à cobertura de garantias exigidas em contratos de empréstimos realizadas com instituições financeiras, para adequação das garantias de duplicatas cedidas. Estes numerários são liberados para utilização somente após análise e reconstituição das garantias em duplicatas por parte da Officer (em recuperação judicial).

b) O saldo refere-se a aplicações financeiras em certificados de depósitos bancários remuneradas a uma taxa de 100,5% do CDI, custodiadas pelo HSBC e dadas como garantia da dívida da controlada 5225 Participações cujo valor corresponde à R\$20.295. A baixa deste saldo deve-se ao aumento de capital na 5225, conforme nota explicativa nº 1.

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS AVALIADOS AO VALOR JUSTO

	Consolidado	
	31/12/15	31/12/14
Fundo de Investimento BRL - DI longo prazo (a)	894	715
Aplicação financeira vinculada (b)	1.904	-
Operações compromissadas (c)	4.485	7.674
Investimentos registrados ao valor justo (d)	11.853	15.668
	<u>19.136</u>	<u>24.057</u>
Circulante	5.379	8.389
Não circulante	13.757	15.668

- (a) Refere-se a aplicação financeira de renda fixa no Fundo de Investimento BRL Referenciado DI Longo Prazo, não exclusivo. A carteira do fundo é gerida pela BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. A Companhia não possui qualquer ingerência ou influência na gestão da carteira ou aquisição e venda dos papéis componentes da referida carteira. O objetivo do fundo é acompanhar a variação de 100% do CDI no longo prazo.
- (b) Refere-se as aplicações financeiras vinculadas são garantidoras dos empréstimos obtidos pela BP Participações com os Bancos Safra e Tricury, com remuneração de 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e vencimentos em agosto de 2017.
- (c) Refere-se a aplicações financeiras em operações compromissadas remuneradas a uma taxa de 1,57% a.m. cuja intenção da Companhia é manter para investimento.
- (d) Investimentos em instrumentos financeiros:

A Companhia considera que não exerce influência significativa sobre estes investimentos, uma vez que não gerencia as atividades diárias dos empreendimentos.

	Consolidado	
	31/12/15	31/12/14
Spring Mobile Solutions Inc. (i)	-	1.149
Batanga Media Inc (ii)	11.853	14.519
	<u>11.853</u>	<u>15.668</u>
Circulante	-	-
Não circulante	11.853	15.668

- i. O valor justo da Spring foi calculado com a metodologia de avaliação por múltiplos. A controlada IdeiasVentures Participações S.A. detém 0,69% das ações ordinárias da Spring Mobile Solutions Inc., empresa em soluções para mobile business na América Latina. Em 31 de dezembro de 2015, os valores obtidos no cálculo de determinação dos valores justos foram negativos, motivo pelo qual os valores foram zerados.
- ii. O ativo financeiro Batanga foi reconhecido pelas metodologias de avaliação por múltiplos e por fluxo de caixa descontado para apurar o valor justo da empresa. A controlada Chenonceau Participações S.A. detém 7% das ações da Batanga Media Inc. A empresa tem por objetivo a criação de conteúdo digital, seja através de anúncios, *streaming* de vídeos e rádio digital, voltado para as audiências hispânicas dos Estados Unidos.

7. CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Contas a receber de clientes	280	274	74.086	264.377
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	-	(21.962)	(10.079)
	<u>280</u>	<u>274</u>	<u>52.124</u>	<u>254.298</u>
Circulante	280	274	51.734	253.011
Não circulante	-	-	390	1.287

Composição por vencimento dos saldos de contas a receber de clientes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
A Vencer	280	274	59.140	236.064
Vencidos até 90 dias	-	-	5.624	13.209
Vencidos até 91 a 180 dias	-	-	1.146	4.956
Vencidos há mais de 180 dias (a)	-	-	8.176	10.148
Total	<u>280</u>	<u>274</u>	<u>74.086</u>	<u>264.377</u>

(a) Uma provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída para as contas a receber, com base nos valores irre recuperáveis estimados, determinados em experiências passadas de inadimplência e de análise da situação financeira atual de cada devedor.

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	Consolidado	
	31/12/15	31/12/14
Saldo no início do período	10.079	4.895
Provisão reconhecida	12.633	7.343
Provisão revertida	(193)	(209)
Valores baixados como irre recuperáveis	(557)	(1.950)
Saldo no fim do período	<u>21.962</u>	<u>10.079</u>

O aumento da provisão observada em 2015 é decorrente, além dos fatores de análise acima descritos, da situação financeira deteriorada de diversos clientes da controlada Officer (em recuperação judicial), os quais solicitaram recuperação judicial durante o ano. Para estes casos, os saldos foram integralmente provisionados, independentemente do seu vencimento.

8. OUTROS VALORES A RECEBER E CRÉDITOS COM OUTRAS PARTES RELACIONADAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Adiantamentos a fornecedores e diversos (a)	3	5	7.746	9.094
Contas a receber de partes relacionadas (Nota explicativa nº 28.1)	1.909	11	1	8
Venda de créditos de ICMS (b)	-	-	-	5.168
Reembolsos de marketing a receber	-	-	263	643
Latin eVentures Comércio Eletrônico do Brasil S.A. (c.1)	-	4.852	-	4.852
Techresult Solução de Tecnologia e Gestão Ltda. (c.2)	-	-	687	547
Demais contas a receber	682	972	2.781	4.939
	<u>2.594</u>	<u>5.840</u>	<u>11.478</u>	<u>25.251</u>
Circulante	3	16	8.272	11.668
Não circulante	2.591	5.824	3.206	13.583

(a) Os saldos de adiantamentos a fornecedores e diversos referem-se, principalmente, a valores a receber pela controlada Officer (em recuperação judicial) em decorrência de: Créditos (“*Rebates*”) e “*Price protection*” nos montantes de R\$1.905 e R\$66 (R\$2.687 e R\$3.318 em 31 de dezembro de 2014), respectivamente. Os créditos são originados por acordos assinados junto a fornecedores, tais como HP e Microsoft, para incentivar as vendas de determinados produtos e possuem prazo médio de duração de 3 meses. O “*Price protection*” refere-se a valores a receber decorrente de contratos de proteção em que o fabricante garante o preço dos produtos que estão em estoque no caso de posterior redução de preço desse pelo fabricante.

(b) Valores a receber decorrente da venda de créditos de ICMS a fornecedores de softwares e hardwares, usualmente sem deságio. Este saldo foi realizado em agosto de 2015.

Em 5 de abril de 2012, a controlada indireta Latin eVentures foi vendida à parte não relacionada Techresult pelo montante de R\$2.414. A Companhia e sua controlada IdeiasVentures possuem os seguintes saldos registrados oriundos dessa transação de venda:

Controladora

(c.1) R\$4.852 - Refere-se a valores pagos a instituições financeiras pelo não pagamento de cédulas de crédito bancário contratados pela Latin eVentures para os quais a Companhia ainda figurava como avalista, conforme condição prevista no contrato de compra e venda. Em contrapartida, a Companhia possui contratos de alienação fiduciária de 17 imóveis para garantia desse crédito, que totalizavam R\$7.715 em 31 de dezembro de 2014. Em 9 de fevereiro de 2015, a Companhia assinou documento de arrematação no valor de R\$2.920, referente a venda de um dos imóveis. O saldo remanescente foi reclassificado para ativos mantidos para venda, conforme nota explicativa nº 11.

Consolidado

(c.2) Em adição ao montante mencionado no item (c.1) acima, o valor a receber de R\$2.232, decorrente da venda da Latin eVentures, encontra-se registrado líquido de provisão para perdas no montante de R\$1.685 pela controlada IdeiasVentures.

9. ESTOQUES

	Consolidado	
	31/12/15	31/12/14
Mercadoria para revenda	21.465	100.624
Importações em andamento	659	663
Provisão para perdas na realização	(1.591)	(1.239)
	<u>20.533</u>	<u>100.048</u>

O saldo de estoques refere-se às controladas Officer (em recuperação judicial), BP Participações e a Tectotal.

A movimentação da provisão para perdas prováveis de realização é como segue:

	Consolidado	
	31/12/15	31/12/14
Saldo no início do exercício	(1.239)	(1.730)
Ajuste para provisão de perdas prováveis de realização	(352)	491
Saldo no final do exercício	<u>(1.591)</u>	<u>(1.239)</u>

10. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

Tributos e contribuições a compensar e a recuperar

	Consolidado	
	31/12/15	31/12/14
Ativo		
ICMS	15.108	32.936
INSS	-	3
IPi	2.035	2.205
ISS	4	558
PIS e COFINS	1.019	11.717
Outros	728	5.331
	<u>18.894</u>	<u>52.750</u>
Circulante	7.479	29.904
Não circulante	11.415	22.846

A controlada Officer (em recuperação judicial) possui saldo de ICMS a recuperar no montante de R\$15.088, cuja realização está condicionada ao sucesso na aprovação e execução do plano de recuperação judicial mencionado na nota explicativa nº1.

Tributos e contribuições a recolher e provisões fiscais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Passivo				
ICMS	-	-	81	204
PIS e COFINS	5	-	6.570	11.556
ISS	5	8	3.038	3.016
Impostos parcelados (Refis)	588	604	25.877	24.143
Outros	4	45	7.001	3.913
	<u>602</u>	<u>657</u>	<u>42.567</u>	<u>42.832</u>
Circulante	81	114	22.170	24.636
Não circulante	521	543	20.397	18.196

Os impostos parcelados referem-se em sua grande parte da controlada Automatos no valor de R\$20.114 (R\$17.970 em 31 de dezembro de 2014). Em agosto de 2014 foi feita a adesão ao REFIS, onde foram incluídos os impostos da Dívida Ativa para parcelamento, saldos esses que se encontram em consolidação pela Receita Federal do Brasil, adesão ao REFIS 2014 em 180 parcelas. O saldo informado encontra-se alocado parte no circulante e parte no não circulante. O saldo de dívida ativa incluída no REFIS 2014 totaliza de R\$7.679.

11. ATIVOS E PASSIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
iMúsica S.A. (a)	-	-	-	121
Imóveis (b)	2.150	-	2.150	-
Z Investimentos e Moip (c)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>107.555</u>	<u>-</u>
	<u>2.150</u>	<u>-</u>	<u>109.705</u>	<u>121</u>
Ativo circulante	2.150	-	2.150	-
Ativo não circulante	-	-	107.555	121
Z Investimentos e Moip (c)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>105.603</u>	<u>-</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>105.603</u>	<u>-</u>
Passivo não circulante	-	-	105.603	-
a) <u>iMúsica S.A.</u>				

Em 15 de abril de 2014, a controlada Ideiasnet Fundo de Investimento em Participações II celebrou contrato com a Claro S.A. para alienação de sua participação no capital social da iMúsica, equivalente a 87,5%, cuja aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), nos termos da Lei nº 12.529/11, se deu em 9 de setembro de 2014.

O fechamento da operação foi datado de 1º de outubro de 2014 sendo recebido nesta data o montante de R\$33.119 equivalentes a US\$13.514, e a transferência para a Claro S.A. das 140.726 ações de propriedade do FIP II ocorreu nesta mesma data. Em 26 de novembro de 2014 foi recebida a segunda parcela no valor de R\$733.

O saldo remanescente de R\$121 refere-se ao investimento na IdeasMusicales Colombia cuja venda estava pendente de aprovação pelo órgão antitruste da Colômbia. Este saldo foi atualizado para R\$164 e recebido em 25 de maio de 2015.

b) Imóveis

Em 30 de junho de 2015, a Companhia classificou os 15 imóveis recebidos como garantia de avais concedidos em contratos de alienação fiduciária (conforme descrito na nota explicativa nº 8) como ativo disponível para venda em decorrência da decisão judicial emitida em maio de 2015, que garante o direito da Companhia sobre os imóveis.

A reclassificação não gerou resultado, uma vez que o valor justo (estimado baseado em preço de mercado avaliado por consultores imobiliários) é superior ao saldo contábil registrado.

A Companhia possui plano de ação para venda dos imóveis citados acima dentro de 12 meses, atendendo aos critérios do CPC 31 – Ativo não circulante disponível para venda.

c) Z Investimentos e Moip

Devido a forte indicação de venda das controladas Z Investimentos e Moip durante o mês de dezembro de 2015, sua controladora Ideiasnet Fundo de Investimento em Participações I classificou em 31 de dezembro de 2015 seus investimentos como ativo mantido para venda. A venda das controladas foi efetivada em fevereiro de 2016, conforme descrito na nota explicativa nº 31.

12. INVESTIMENTOS E PROVISÃO PARA PASSIVO A DESCOBERTO

As informações financeiras resumidas das coligadas, controladas e controladas em conjunto da Ideiasnet, incluindo os valores totais de ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e do lucro ou prejuízo do exercício, estão apresentadas a seguir.

	Controladora								
	Participações em controladas e coligadas em 31/12/14	Ganho/(Perda) pelo MEP (A)	Reversão/(Constituição) de Prov. para Passivo a Descob. (B)	Aplicações/ Resgates de cotas	Ajuste acumulado de conversão	Ganho/(Perda) Capital - Var. Part. Controladas	Ajuste de avaliação patrimonial reflexo	Outros	Participações em controladas e coligadas em 31/12/15
Ideiasnet FIC	70.602	(88.219)	(115.015)	25.300	(1.215)	(7.286)	(956)	1.120	(115.669)
Total	70.602	(88.219)	(115.015)	25.300	(1.215)	(7.286)	(956)	1.120	(115.669)
		(A) + (B)	(203.234)						

	Controladora						
	Participações em controladas e coligadas em 31/12/13	Ganho/(Perda) pelo MEP (Reapresentado)	Aplicações/ Resgates de cotas	Ajuste acumulado de conversão (Reapresentado)	Ganho/(Perda) Capital - Var. Part. Controladas	Ajuste de avaliação patrimonial reflexo (a)	Participações em controladas e coligadas em 31/12/14
Ideiasnet FIC	120.387	(5.891)	(7.270)	14	(30.354)	(6.284)	70.602
Total	<u>120.387</u>	<u>(5.891)</u>	<u>(7.270)</u>	<u>14</u>	<u>(30.354)</u>	<u>(6.284)</u>	<u>70.602</u>

(a) Do montante do ajuste de avaliação patrimonial apresentado, a principal operação ocorrida durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi a seguinte: O Ideiasnet FIC resgatou cotas no montante de R\$10.248, sendo R\$5.057 pagos a Paul Capital, gerando uma perda de R\$(3.188) prevista no regulamento do fundo conforme art. 53.

Consolidado					
Participações em controladas indiretas e coligadas em 31/12/14	Resultado de equivalência patrimonial				Participações em controladas indiretas e coligadas em 31/12/15
	Ganho/(Perda) pelo MEP (A)	Reversão/(Constituição) de Prov. para Passivo a Descob. (B)	Ajuste acumulado de conversão	Outros	
Padtec S.A.	66.343	(51.623)	-	(216)	14.504
Outros	18	-	(23)	-	18
Total	66.361	(51.623)	(23)	(216)	14.522
		(A) + (B)	(51.646)		

Consolidado								
Participações em controladas indiretas e coligadas em 31/12/13	Resultado de equivalência patrimonial							Participações em controladas indiretas e coligadas em 31/12/14
	Passivo a descoberto em 31/12/13	Ganho/(Perda) pelo MEP (Reapresentado) (A)	Reversão/(Constituição) de Prov. para Passivo a Descob. (B)	Ganho/(Perda) Capital - Var. Part. Controladas	Ganho/(Perda) de Investimento/ Capital	Ajuste acumulado de conversão (Reapresentado)	Outros (Reapresentado)	
Padtec S.A.	70.705	-	(4.301)	-	18	(220)	141	66.343
BP Participações e Administração S.A.	-	(1.143)	-	(3.553)	-	-	4.696	-
Clickcar Empreendimentos LTDA	-	(565)	-	565	-	-	-	-
Ciashop - Soluções Com. Eletrônico S.A.	8	-	-	(21)	-	-	13	-
Outros	9	(1.211)	-	(25)	-	-	1.245	18
Total	70.722	(2.919)	(4.301)	(3.034)	18	(220)	6.095	66.361
			(A) + (B)	(7.335)				

A Clickcar Empreendimentos Ltda. foi encerrada em abril de 2014. A BP Participações e Administração S.A. passou a ser consolidada a partir de julho de 2014.

a. Alienação de controladas

iMusica S.A.

Em 15 de abril de 2014, a controlada Ideiasnet Fundo de Investimento em Participações II celebrou contrato com a Claro S.A. para alienação de sua participação no capital social da iMusica, equivalente a 87,5%, cuja aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), nos termos da Lei nº 12.529/11, se deu em 9 de setembro de 2014.

O fechamento da operação foi datado de 1º de outubro de 2014 sendo recebido nesta data o montante de R\$33.119 equivalentes a US\$13.514mil. A transferência para a Claro S.A. das 140.726 ações de propriedade da Companhia ocorreu nesta mesma data. Em 26 de novembro de 2014 foi recebida a segunda parcela no valor de R\$733.

O resultado desta alienação gerou um lucro de R\$36.949, antes dos efeitos tributários. Desse montante, R\$6.135 refere-se a reversão de provisão para passivo a descoberto sobre o investimento.

b. Alienação de participações em controladas em conjunto

Ciashop Soluções para Comércio Eletrônico S.A.

Em 2 de dezembro de 2013, a Companhia, através de sua investida Ideiasnet FIP I, assinou contrato vendendo sua participação na Ciashop Soluções para Comércio Eletrônico S.A. para a TOTVS Brasil Sales Ltda. pelo valor de R\$11.881, sendo recebidos R\$11.231 e R\$650 a serem recebidos em duas parcelas anuais incluindo acréscimos de juros e correção monetária. O custo foi de R\$4.364, gerando um ganho de R\$7.517. O contrato previa que a venda estava sujeita à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), e tal aprovação foi obtida em 6 de janeiro de 2014, e a respectiva transferência das ações ocorreu em 5 de fevereiro de 2014. Em 5 de fevereiro de 2015 foi recebida a primeira parcela anual no valor de R\$259.

c. Combinação de Negócios

Em 9 de julho de 2014, o Ideiasnet FIP I adquiriu 3.131 ações ordinárias representativas de 25,64% do capital social da BP Participações e Administração S.A. (“adquirida”) pelo valor de R\$31,31 reais da Axis Fundo Mútuo de Investimentos em Empresas Emergentes obtendo assim nesta data o controle da adquirida.

O ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) de R\$2.540, originado da aquisição, consiste principalmente, em função da atuação da Companhia na transformação do modelo de negócio da adquirida, partindo do conceito de mídia tradicional impressa para modelo digital, baseado em linhas de produtos de software, educação à distância e bases de dados de informações técnicas para o mercado de construção civil.

A alocação, em conformidade com as diretrizes do CPC 15 (R1) - Combinação de negócios está demonstrada abaixo:

BP Participações e Administração - Consolidado	Valor Contábil	Ajuste a Valor Justo	Valor Justo
ATIVO			
Caixa e equivalentes de caixa	1.025	-	1.025
Contas a receber	5.994	-	5.994
Estoques	1.173	2.292	3.465
Imobilizado	1.858	5.836	7.694
Intangível	3.072	3.657	6.729
Outros ativos	1.037	-	1.037
TOTAL DO ATIVO	14.159	11.785	25.944
PASSIVO			
Fornecedores	1.519	-	1.519
Recebimentos antecipados de clientes	7.112	-	7.112
Programa de recuperação fiscal	5.432	-	5.432
Empréstimos e financiamentos	10.696	-	10.696
Impostos passivos diferidos	-	3.703	3.703
Provisão para riscos	3.127	893	4.020
Outros passivos	3.360	-	3.360
TOTAL DO PASSIVO	31.246	4.596	35.842
PASSIVO A DESCOBERTO	(17.087)	7.189	(9.898)
TOTAL DO PASSIVO E PASSIVO A DESCOBERTO	14.159	11.785	25.944

O quadro abaixo demonstra o ganho reconhecido como resultado da mensuração a valor justo da participação societária referente à combinação de negócios realizada em etapas, em conformidade com o CPC 15 (R1) - Combinação de negócios. O ganho está apresentado na linha “ganho de investimentos” na demonstração do resultado consolidado.

	%		
Patrimônio líquido contábil antes da combinação	(17.087)	38,42%	(6.563)
Patrimônio líquido a valor justo	(9.898)	38,42%	(3.801)
Ganho na parcela detida anteriormente			2.762
Imposto diferido passivo			(940)

A seguir o resumo dos principais ajustes realizados e os seus correspondentes efeitos fiscais:

	Ajuste a Valor Justo	Efeito do Imposto Diferido 34%	Ativo/Passivo
Estoque (a)	2.292	(779)	Passivo
Imobilizado (b)	5.836	(1.984)	Passivo
Intangível (c)	3.657	(1.243)	Passivo
Provisão para riscos (d)	893	303	Ativo
Impostos diferidos		<u>(3.703)</u>	

- a) O valor justo reconhecido como estoque se refere à mais-valia decorrente da margem de lucro esperada pela revenda de produtos acabados.
- b) O valor justo reconhecido como intangível se refere à mais-valia de carteira de clientes e de marca.
- c) O valor justo reconhecido como imobilizado se refere ao valor de mercado dos imóveis de propriedade da adquirida.
- d) O valor justo da provisão para riscos reconhecidos nesta combinação de negócios se refere, em sua maioria, de causas possíveis de perda relacionadas às reclamações trabalhistas.

d. Participação em coligadas, controladas e controladas em conjunto:

As informações financeiras resumidas das coligadas, controladas diretas e indiretas e controladas em conjunto, da Companhia e informações sobre suas operações estão descritas a seguir:

31/12/15								
	% de participação – direta/indireta	Ativo	Passivo	Patrimonio Líquido (negativo)	Capital Circulante Líquido	Receita Total	Lucro (Prejuízo)	
Controladas diretas								
Ideiasnet FIC	(a) 100,00%	4.771	120.440	(115.669)	4.742	-	(203.234)	
Controladas Indiretas								
5225 Participações S.A.	(b) 90,84%	1.654	113.437	(111.783)	1.654	-	(145.762)	
Automatos Participações S.A.	(c) 99,36%	13.685	43.741	(30.056)	(18.688)	18.041	(11.398)	
BP Participações e Administração S.A.	(d) 63,77%	12.883	36.416	(23.533)	(13.620)	27.199	(9.082)	
Bnetwork Participações S.A.	(e) 81,76%	-	-	-	-	18	(174)	
Chenonceau Participações S.A.	(g) 81,76%	11.860	821	11.039	5	-	(1.798)	
EAX Participações S.A.	(h) 81,76%						(174)	
Ideiasnet FIP I	(i) 81,76%	31.047	76.750	(45.703)	574	-	(159.223)	
Ideiasnet FIP II	(j) 100,00%	719	83.762	(83.043)	(83)	-	(74.800)	
Ideias Ventures Participações S.A.	(k) 100,00%	2.462	30.147	(27.685)	1.282	-	(11.951)	
MoIP Pagamentos S.A.	(l) 50,22%	107.019	105.601	1.418	(5.831)	24.462	1.666	
Montpellier Participações S.A.	(m) 42,16%	77	-	77	69	-	(3.964)	
Officer Distrib. de Produtos de Informática S.A.	(n) 90,84%	174.605	264.424	(89.819)	(142.334)	820.622	(123.584)	
Tectotal Tecnologia sem Complicações S.A.	(o) 29,13%	12.579	12.566	13	(3.684)	24.482	(5.672)	
Z Investimentos S.A.	(p) 74,79%	1.048	2	1.046	94	-	988	
Controladas em conjunto								
Padtec S.A.	(q) 27,67%	269.891	227.033	42.858	16.202	336.762	(152.550)	

31/12/14								
		% de participação – direta/indireta	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido (negativo)	Capital Circulante Líquido	Receita Total	Lucro (Prejuízo)
Controladas diretas								
Ideiasnet FIC	(a)	100,00%	86.370	15.767	70.603	27.918	-	(5.891)
Controladas Indiretas								
5225 Participações S.A.	(b)	81,76%	51.010	65.730	(14.720)	(64.576)	-	(50.980)
Automatos Participações S.A.	(c)	99,30%	16.574	38.217	(21.643)	(17.203)	23.031	164
BP Participações e Administração S.A.	(d)	63,77%	16.623	31.220	(14.597)	(6.563)	33.685	(2.550)
Bnetwork Participações S.A.	(e)	81,76%	200	93	107	173	142	(690)
Bourges Participações S.A.	(f)	100,00%	2	10	(8)	2	-	(13)
Chenonceau Participações S.A.	(g)	81,76%	14.524	1.727	12.797	4	-	(3.194)
EAX Participações S.A.	(h)	81,76%	295	-	295	58	-	(301)
Ideiasnet FIP I	(i)	81,76%	100.330	28.869	71.461	893	-	(55.186)
Ideiasnet FIP II	(j)	100,00%	1.365	17.107	(15.742)	(897)	-	38.812
Ideias Ventures Participações S.A.	(k)	100,00%	5.891	21.857	(15.966)	1.046	-	2.262
MoIP Pagamentos S.A.	(l)	50,22%	85.542	85.956	(414)	(5.380)	19.047	58
Montpellier Participações S.A.	(m)	42,16%	4.521	480	4.041	114	-	(351)
Officer Distrib. de Produtos de Informática S.A.	(n)	81,76%	451.204	417.438	33.766	16.588	1.491.104	(41.787)
Tectotal Tecnologia sem Complicações S.A.	(o)	29,13%	8.492	2.807	5.685	1.931	36.137	(564)
Z Investimentos S.A.	(p)	74,79%	116	278	(162)	107	-	(36)
Controladas em conjunto								
Padtec S.A.	(q)	27,67%	507.012	310.962	196.050	109.241	458.166	(12.744)

- a) Ideiasnet Fundo de Investimento em Cotas de FIP (“Ideiasnet FIC”), constituído em 2013, é um fundo de investimento em cotas de fundo de investimento em participações, sob a forma de condomínio fechado com duração de 20 anos ou até a liquidação do último valor mobiliário do fundo. Restarão validas as obrigações previstas até o seu integral cumprimento, mesmo após o encerramento do Fundo.
- b) A 5225 Participações é uma empresa que tem como objetivo deter participações em empresas. Ela detém 100% de participação na empresa Officer S.A. Distribuidora de Produtos de Tecnologia (em recuperação judicial).
- c) Automatos é uma empresa de tecnologia focada em gestão de infra-estrutura de TI. A Automatos fornece inteligência em TI, aderente aos padrões ITIL (Information Technology Infrastructure Library), por meio de soluções de monitoria remota e de gerência de *desktops*, servidores e dispositivos de redes. A Automatos detém participação em 2 empresas: Automatos Tecnologia e Informação Ltda e Automatos S.A.
- d) BP Participações controla as empresas Editora Pini Ltda e Pini Serviços de Engenharia Ltda. (“Grupo Pini”). O Grupo Pini, possui a maior editora técnica no segmento da construção civil no país e possui ainda uma linha de *softwares*, serviços especializados e soluções Web. Fundada em 1948, a editora do Grupo Pini é uma das mais tradicionais empresas no setor de engenharia, arquitetura e construção. As empresas do Grupo Pini atuam também na área de soluções tecnológicas compostas por *software*, banco de dados especializados e soluções de e-business para o mercado de arquitetura e engenharia.
- e) Bnetwork (“Zura!”) tinha como objetivo ser referência na internet para serviços de compras on-line, tornando-se a principal fonte de informações para o *e-commerce* no Brasil. Esta controlada foi encerrada em 31 de maio de 2015.
- f) Bourges era uma empresa não operacional que tinha como objetivo deter participações minoritárias em outras empresas. Foi aprovada a dissolução da empresa em 31 de março de 2015.
- g) Chenonceau é uma empresa não operacional que tem como objetivo deter participações em outras empresas e atualmente detém da Batanga.
- h) EAX é uma empresa que tem como objetivo deter participações em outras empresas no setor de *e-commerce*. Esta controlada foi encerrada em 12 de novembro de 2015.
- i) Ideiasnet Fundo de Investimento em Participações I foi constituído em 2009, é um fundo de investimento em participações, sob a forma de condomínio fechado e com prazo de duração a ser findo em 31 de dezembro de 2017. O Ideiasnet FIP I é administrado pela BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.. Em 18 de março de 2013 a Ideiasnet vendeu 18,24% da sua participação para a IDCO Capital, LP (“Paul Capital”).
- j) Ideiasnet Fundo de Investimento em Participações II foi constituído em 2013 e controlado por Ideiasnet Fundo de Investimento em Cotas de FIP, é um fundo de investimento em participações, sob a forma de condomínio fechado e com prazo de duração de 20 (vinte) anos, a partir da data da integralização, que ocorreu em março de 2013.
- k) IdeiasVentures é uma empresa que tem como objetivo deter participações em empresas e atualmente detém participações na Automatos e na Spring Wireless.
- l) MoIP é uma prestadora de serviço que permite a qualquer pessoa (física ou jurídica) receber pagamentos pela internet. De maneira rápida, fácil e intuitiva, os usuários se habilitam a receber todos os meios de pagamentos disponíveis na plataforma da MoIP (cartões de débito, cartões de crédito - à vista e parcelado, débito *on-line*, débito automático, financiamento bancário e boleto bancário). Tal investimento foi reclassificado para ativo disponível para venda conforme nota explicativa 11.
- m) Montpellier detém 69,10% de participação na empresa Tectotal (item (o)).

- n) Officer (em recuperação judicial) é uma distribuidora de produtos de informática com mais de 25 anos de atuação no mercado de distribuição atacadista de produtos de TI no Brasil. Diferencia-se de suas concorrentes pelo seu portfólio segmentado de produtos (*hardware*, *software*, componentes e suprimentos) e seus serviços agregados, relacionamento com seus revendedores e parceria com os seus fornecedores.
- o) Tectotal (nome fantasia anterior “Voki”) é uma empresa especializada no atendimento ao mercado doméstico nos segmentos de suporte técnico e de instalação e configuração de equipamentos de informática, áudio e vídeo.
- p) Z Investimentos é uma empresa que tem como objetivo deter participações em outras empresas e atualmente detém participação na empresa MoIP Pagamentos S.A. (item I)). Tal investimento foi reclassificado para ativo disponível para venda conforme nota explicativa 11.
- q) Padtec é uma empresa voltada ao desenvolvimento, fabricação e comercialização de sistemas de comunicações ópticas. A empresa fornece soluções tanto para redes de longa distância quanto redes metropolitanas e redes de acesso. Com sede em Campinas, SP, a Padtec tem se destacado pela sua presença nas redes de entroncamento dos maiores provedores de serviços de telecomunicações da América Latina.

13. IMOBILIZADO

A composição do imobilizado está demonstrada

	Controladora			
	31/12/14	31/12/15		
	Valor	Custo	Depreciação	Valor
	Líquido	histórico	acumulada	Líquido
Móveis e utensílios	110	164	(69)	95
Máquinas e equipamentos	11	24	(14)	10
Equipamentos de informática	68	295	(249)	46
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1	10	(10)	-
Total imobilizado	190	493	(342)	151

abaixo:

	Consolidado			
	31/12/14	31/12/15		
	Valor	Custo	Depreciação	Valor
	Líquido	histórico	acumulada	Líquido
Instalações prediais	374	1.641	(1.386)	255
Móveis e utensílios	1.029	2.470	(1.704)	766
Máquinas e equipamentos	110	92	(56)	36
Equipamentos de informática	5.174	12.174	(8.264)	3.910
Veículos	129	475	(398)	77
Benfeitorias em imóveis de terceiros	758	1.361	(699)	662
Outros	25	29	(30)	(1)
Total imobilizado	7.599	18.242	(12.537)	5.705

A movimentação do imobilizado no exercício está apresentada abaixo:

	Controladora			
	31/12/14	31/12/15		
	Valor			Valor
	Líquido	Adições	Depreciação	Líquido
Móveis e utensílios	110	1	(16)	95
Máquinas e equipamentos	11	2	(3)	10
Equipamentos de informática	68	-	(22)	46
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1	-	(1)	-
Total imobilizado	190	3	(42)	151

	Consolidado					
	31/12/14	31/12/15				
	Valor Líquido	Adições	Depreciações	Baixas	Transferências	Valor Líquido
Instalações prediais	374	-	(101)	(18)	-	255
Móveis e utensílios	1.029	12	(186)	(89)	-	766
Máquinas e equipamentos	110	15	(30)	(15)	(44)	36
Equipamentos de informática	5.174	88	(1.197)	(199)	44	3.910
Veículos	129	-	(52)	-	-	77
Benfeitorias em imóveis de terceiros	758	85	(93)	(88)	-	662
Outros	25	1	(3)	(24)	-	(1)
Total imobilizado	7.599	201	(1.662)	(433)	-	5.705

	Controladora				
	31/12/13	31/12/14			
	Valor Líquido	Adições	Depreciação	Baixas	Valor Líquido
Móveis e utensílios	124	18	(18)	(14)	110
Máquinas e equipamentos	2	12	(2)	(1)	11
Equipamentos de informática	50	49	(25)	(6)	68
Benfeitorias em imóveis de terceiros	6	-	(5)	-	1
Total imobilizado	182	79	(50)	(21)	190

	Consolidado				
	31/12/13	31/12/14			
	Valor Líquido	Adições	Depreciação	Baixas	Valor Líquido
Instalações prediais	417	71	(106)	(8)	374
Imóveis e terrenos	-	9.199	(35)	(9.164)	-
Móveis e utensílios	861	437	(210)	(59)	1.029
Máquinas e equipamentos	230	82	(12)	(190)	110
Equipamentos de informática	4.493	2.914	(1.132)	(1.101)	5.174
Veículos	229	-	(73)	(27)	129
Benfeitorias em imóveis de terceiros	926	5	(117)	(56)	758
Outros	53	6	(6)	(28)	25
Total imobilizado	7.209	12.714	(1.691)	(10.633)	7.599

Conforme mencionado na nota explicativa nº 12c, a combinação de negócios adicionou um imobilizado líquido no montante de R\$7.694, na data da aquisição.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 11, a transferência das controladas indiretas Z Investimentos e Moip para ativo mantido para venda, reduziu o imobilizado líquido no montante de R\$414.

14. INTANGÍVEL

A composição do intangível está demonstrada abaixo:

	Controladora			
	31/12/14	31/12/15		
	Valor líquido	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Licenças de software e marcas	24	24	-	24
Custos de software	16	82	(72)	10
Total intangível	40	106	(72)	34

	Consolidado			
	31/12/14	31/12/15		
	Valor líquido	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Ágio	51.107	2.534	-	2.534
Licenças de software e marcas	27.536	41.995	(20.367)	21.628
Custos de software	7.098	3.113	(1.091)	2.022
Carteira de clientes	2.507	9.190	(6.178)	3.012
Outros	41	275	(258)	17
Total intangível	88.289	57.107	(27.894)	29.213

A movimentação do intangível no exercício está apresentada abaixo:

	Controladora				
	31/12/14	31/12/15			
	Saldo	Adições	Amortização	Baixas	Saldo
Licenças de software e marcas	24	-	-	-	24
Custos de software	16	1	(7)	-	10
Total do intangível	40	1	(7)	-	34

	Consolidado					
	31/12/14	31/12/15				
	Saldo	Adições	Amortizações	Baixas	Transferências	Saldo
Ágio	51.107	-	-	(48.573)	-	2.534
Licenças de software e marcas	27.536	(910)	(4.273)	(62)	(663)	21.628
Custos de software	7.098	228	(418)	(5.549)	663	2.022
Carteira de clientes	2.507	1.405	(900)	-	-	3.012
Outros	41	1	(25)	-	-	17
Total do intangível	88.289	724	(5.616)	(54.184)	-	29.213

	Controladora			
	31/12/13	31/12/14		
	Saldo	Adições	Amortização	Saldo
Licenças de software e marcas	24	-	-	24
Custos de software	15	9	(8)	16
Total do intangível	39	9	(8)	40

	Consolidado				
	31/12/13	31/12/14			
	Saldo	Adições	Amortizações	Baixas	Transferências
Ágio	56.106	2.540	-	(7.539)	-
Licenças de software e marcas	3.895	4.447	(2.304)	(73)	21.571
Custos de software	20.743	5.393	(3.349)	(3.668)	(12.021)
Carteira de clientes	1.367	2.253	(729)	(384)	-
Outros	11.286	53	(15)	(1.733)	(9.550)
Total do intangível	93.397	14.686	(6.397)	(13.397)	-

Conforme mencionado na nota explicativa nº 12c, a combinação de negócios adicionou um intangível líquido no montante de R\$6.729, na data da aquisição.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 11, a transferência das controladas indiretas Z Investimentos e Moip para ativo mantido para venda, reduziu o intangível líquido no montante de R\$5.553.

14.1. Ágio

<u>Custo</u>	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Saldo no início do período	70.455	74.943
Valores adicionais reconhecidos de combinações de negócios ocorridas durante o exercício	-	2.540
Baixa na alienação de controladas	-	(7.028)
Saldo do fim do período	70.455	70.455
<u>Perdas por redução ao valor recuperável acumuladas</u>		
Saldo do início do período	(19.348)	(18.837)
Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no exercício	(48.573)	(511)
Saldo no fim do período	(67.921)	(19.348)
Saldo líquido	2.534	51.107

O agravamento das condições econômicas, que tem causado um elevado consumo de caixa operacional da controlada em conjunto Padtec, em decorrência da elevação contínua nos prazos de recebimento de clientes, em sua maioria grandes operadoras de telefonia, levou a Companhia a revisar sua análise de impairment e concluir pela necessidade da baixa do ágio no valor de R\$11.086 no primeiro semestre de 2015, não sendo necessário provisões adicionais.

As medidas que vem sendo tomadas com o objetivo de melhorar a rentabilidade e geração de caixa operacionais da controlada em conjunto são: redução do quadro de funcionários, reavaliação de linhas de produto deficitárias ou de baixa rentabilidade e a renegociação de contratos de pesquisa e desenvolvimento com o CPqD (acionista com 45,84% de participação), além de iniciativas com a finalidade de reduzir e alongar o seu endividamento, como a contratação de assessores para intermediar a captação de recursos de terceiros e renegociação com credores financeiros.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, em decorrência do agravamento das condições econômicas e consequente pedido de recuperação judicial da controlada Officer (em recuperação judicial), foram baixados os ágios da Officer (em recuperação judicial) e da sua controladora 5225 Participações no valor de R\$17.185 e R\$16.089, respectivamente, durante o período de três meses findos em 30 de setembro de 2015. Também em decorrência do agravamento das condições econômicas da controlada Automatos e BP Participações foram baixados os ágios no valor de R\$1.674 e R\$2.540, respectivamente.

A baixa de ágio para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 está relacionada a alienação da Ciashop de R\$3.980.

Ágio por segmento

O ágio foi alocado, para fins de teste de redução ao valor recuperável, às seguintes unidades geradoras de caixa, conforme nota explicativa nº 22, e-commerce, mídia, comunicação e conteúdo, distribuição & TI e cloud computing.

	Consolidado	
	31/12/15	31/12/14
E-commerce	2.533	2.533
Conteúdo/mídia digital	-	2.540
Distribuição TI	-	33.273
Cloud computing	-	1.674
Outros	1	11.087
	<u>2.534</u>	<u>51.107</u>

O valor recuperável dessa unidade geradora de caixa é determinado com base no cálculo do valor em uso, utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro de cinco anos aprovado pela administração e a taxa média de desconto de 19,1% a.a (14,8% no ano de 2014).

15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

	Empresa	Taxa de juros %	Vencimento	Controladora e Consolidado	
				31/12/15	31/12/14
<u>Controladora</u>					
Capital de giro (c)	Ideiasnet	23,29% a.a.	de 07/12/15 até 06/09/16	1.389	-
<u>Controladas Indiretas</u>					
Capital de giro	Automatos	CDI + 15,86% a.a.	de 26/09/13 até 28/02/19	2.536	6.357
Capital de giro	Pini	20,28% a.a.	de 10/09/13 até 28/03/17	-	3.606
Capital de giro	Pini	19,70% a.a.	de 08/08/14 até 08/08/17	7.878	1.840
Conta garantida	Pini	65,40% a.a.	de 01/01/15 até 31/12/15	2.393	3.213
Debêntures (a)	Officer	CDI + 2,5% a.a.	de 17/11/14 até 10/11/18	57.407	89.967
Empréstimos (b)	Officer	De 124% até 159% do CDI	de 22/12/11 até 19/01/16	24.839	51.577
Empréstimos	Pini	12,3% a.a.	de 09/05/12 até 15/07/18	-	215
Empréstimos	5225	SELIC + 2,50% a.a.	de 30/12/13 até 09/01/15	-	9.342
Empréstimos	5225	CDI + 3,39% a.a.	de 24/11/14 até 21/07/15	-	20.295
Notas promissórias				-	30.503
Outros				1	4
				<u>96.443</u>	<u>216.919</u>
			Circulante	90.670	137.676
			Não circulante	5.773	79.243

- a) Na controlada Officer (em recuperação judicial), em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de outubro de 2014, foi aprovada a 2ª emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis da espécie quirografária para distribuição pública no mercado de capitais local sob o regime de garantia firme de subscrição com esforços restritos de colocação conforme termos da Instrução CVM nº 476/09, no valor de R\$90.000 (valor unitário de R\$10), em série única. A emissão e subscrição da totalidade das debêntures ocorreram em 10 de novembro de 2014. As 9.000 debêntures têm vencimento em 10 de novembro de 2018, com pagamento de juros semestrais e de principal em sete parcelas semestrais, de igual valor, iniciando em 10 de novembro de 2015. Os custos da transação associados a essa emissão, no valor de R\$1.542, estão sendo apropriados no resultado conforme os prazos contratuais dessa emissão. As debêntures possuem cláusulas restritivas e seu principal indicador financeiro, que é a relação entre dívida líquida sobre o EBITDA (conforme contrato), não pode ser maior que 2,5 a ser calculada anualmente, ao final de cada exercício a partir de 2015. Em 31 de dezembro de 2015, os índices não foram atendidos e em decorrência do pedido de recuperação judicial pela controlada Officer (em recuperação judicial) em 16 de outubro de 2015, os valores devidos no longo prazo foram integralmente reclassificados pela investida para o curto prazo, uma vez que a escritura prevê vencimento antecipado em ocorrência de evento dessa natureza.

Em 17 de novembro de 2014 foi liquidada a 1ª emissão de debêntures emitida em 5 de junho de 2012 no montante de R\$37.780.

- b) Em 31 de dezembro de 2015, os contratos de empréstimos de capital de giro mantidos com o Banco HSBC S.A., Banco Santander S.A., Citibank, Banco ABC, e REDFactor Factoring e Fomento Comercial S.A., possuem garantias de duplicatas no montante de R\$21.881.

Os empréstimos bancários possuem como garantias notas promissórias, recebíveis de clientes e aplicações financeiras.

- c) Em 6 de novembro de 2015 o Banco BCV efetivou a assunção da dívida da controlada indireta Officer no montante de R\$1.923 na qual a Ideiasnet era avalista, com juros pré fixados.

A Ideiasnet é avalista da controlada indireta Automatos Participações S.A. no contexto dos contratos celebrados com o Banco Tricury, cujo saldo em 31 de dezembro de 2015 é de R\$1.712 mil.

O vencimento contratual dos empréstimos, financiamentos e debentures é como segue:

	Consolidado	
	31/12/15	31/12/14
2015	-	137.676
2016	90.670	28.294
2017	2.660	25.551
2018	1.506	25.398
2019	1.607	-
	<u>96.443</u>	<u>216.919</u>

A exposição da Companhia a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 27.

16. DEMAIS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Provisão para riscos (16.1)	1.297	1.288	18.631	11.742
Partes relacionadas	-	-	406	406
Receita diferida	-	-	16.339	13.538
Contas correntes com fornecedores	-	-	-	1.529
Repasse de fornecedores	-	-	3.496	5.729
Demais obrigações	143	181	3.836	2.451
	<u>1.440</u>	<u>1.469</u>	<u>42.708</u>	<u>35.395</u>
Circulante	143	181	21.541	20.885
Não circulante	1.297	1.288	21.167	14.510

16.1. Provisão para riscos

A Companhia e suas investidas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, aspectos cíveis, trabalhistas e outros assuntos.

A Administração da Companhia e de suas controladas, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Controladora				
	31/12/14	Adições	Pagamentos	Reversões	31/12/15
Trabalhista	1.223	715	-	(673)	1.265
Cíveis	65	32	-	(65)	32
Total Provisões	<u>1.288</u>	<u>747</u>	<u>-</u>	<u>(738)</u>	<u>1.297</u>
Depósitos judiciais	(411)	(313)	143	21	(560)
Total	<u>877</u>	<u>434</u>	<u>143</u>	<u>(717)</u>	<u>737</u>

	Consolidado				
	31/12/14	Adições	Pagamentos	Reversões	31/12/15
Trabalhista	9.673	7.364	(2.317)	(2.672)	12.048
Fiscais	831	-	-	-	831
Cíveis	1.238	5.706	-	(1.192)	5.752
Total Provisões	<u>11.742</u>	<u>13.070</u>	<u>(2.317)</u>	<u>(3.864)</u>	<u>18.631</u>
Depósitos judiciais	(2.544)	(1.138)	220	1.005	(2.457)
Total	<u>9.198</u>	<u>11.932</u>	<u>(2.097)</u>	<u>(2.859)</u>	<u>16.174</u>

Conforme mencionado na nota explicativa nº 12c, a combinação de negócios da BP Participações adicionou provisões para risco no montante de R\$4.020, na data de sua realização.

Em 31 de dezembro de 2015, as controladas Officer (em recuperação judicial) e Automatos Participações, mantêm depósitos judiciais no montante de R\$1.100 e R\$564 (R\$1.276 e R\$595 em 31 de dezembro de 2014) em relação aos referidos processos judiciais, e provisão para riscos no valor de R\$8.319 e R\$5.782 em 31 de dezembro de 2015 (R\$5.535 e R\$752 em 31 de dezembro de 2014).

Existem processos em 31 de dezembro de 2015, para os quais se estima que as perdas sejam possíveis, principalmente da controlada Officer (em recuperação judicial), conforme divulgadas abaixo:

A controlada Officer (em recuperação judicial) é parte em alguns processos judiciais e administrativos no curso normal dos negócios. Suportada na opinião de seus assessores jurídicos, a Administração entende que nenhum desses processos envolve o risco de perdas prováveis. Em 31 de dezembro de 2015, existem processos no montante de R\$244.181, sendo R\$52.865 correspondentes ao principal, R\$64.840 correspondentes à multa e R\$126.476 correspondem a juros (R\$224.882, R\$52.938, R\$64.851 e R\$107.093, respectivamente, em 31 de dezembro de 2014), para os quais se estima que as perdas são possíveis.

Os processos com avaliação de perda possível referem-se, principalmente, às autuações fiscais no montante de R\$242.837, sendo R\$52.719 referentes ao principal, R\$64.574 referentes à multa e R\$125.545 referentes a juros (R\$223.566, R\$52.719, R\$64.574 e R\$106.274, respectivamente, em 31 de dezembro de 2014), que exigem supostos valores de ICMS, decorrentes principalmente de desembaraço de mercadorias, realizadas por conta e ordem, através de empresas importadoras. A Officer (em recuperação judicial) não constituiu provisão para riscos em relação a tais processos por considerar indevido o tributo objeto das autuações, uma vez que estes foram recolhidos pelas empresas de acordo com as legislações aplicáveis e baseado na avaliação dos seus assessores jurídicos que consideram a chance de perda como possível.

Após esgotamento de todos os recursos administrativos e judiciais, relacionados aos processos mencionados, caso haja realização dos autos, o valor devido como principal, no valor de R\$52.938 poderá ser adicionado à base de créditos a recuperar junto ao Estado de São Paulo, haja vista legislação do Estado, bem como entendimento dos assessores jurídicos da Officer (em recuperação judicial) que avaliaram a probabilidade de perda como possível.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

17.1. Capital social

	Quantidade de ações ordinárias (milhares)	
	antes do grupamento	depois do grupamento
Em 31 de dezembro de 2014	122.270	12.227
Aumento de capital (a)	41.166	4.117
Em 31 de dezembro de 2015	163.436	16.344

(a) Em 30 de junho de 2015, foi homologado o aumento de capital no valor de R\$28.816 mediante a emissão de 41.166 mil ações ordinárias (4.117 ações pós grupamento)

(b) O grupamento das ações aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ocorrida em 30 de abril de 2015 foi efetivado em 7 de julho de 2015 e as ações da Companhia passaram a ser negociadas de forma agrupada, na proporção de 10 para 1.

O capital social da Companhia subscrito e integralizado é de R\$131.846, dividido em 16.344 ações ordinárias escriturais, sem valor nominal.

A quantidade total de ações ordinárias autorizadas é de 20 milhões de ações, sem valor nominal.

17.2. Reservas de capital

O montante de R\$3.369 correspondentes aos planos de opções de ações descritos na nota explicativa nº 18 está sendo creditado em reserva de capital.

A movimentação das opções de ações caducadas e/ou vencidas conforme descrito na nota explicativa nº 18, foi ajustada contra prejuízos acumulados no montante de R\$2.040 para o exercício findo em 2014.

17.3. Ajuste acumulado de conversão

Representam ajustes decorrentes de controladas no exterior consolidadas.

17.4. Ajuste de avaliação patrimonial

Representam os ajustes decorrentes de ajuste a valor justo de instrumentos financeiros disponíveis para venda, líquido de efeito tributário.

17.5. Ganho e perda de capital

Representam os valores compra e na venda de participação de controladas sem perda de controle.

17.6. Dividendos

No Estatuto Social da Companhia, está definida a destinação de 25% ajustada nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76 de dividendos mínimos obrigatórios a serem distribuídos quando for apurado lucro no exercício. Não houve distribuição de dividendos relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 devido aos prejuízos acumulados na controladora.

18. PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

As opções de compra de ações da Ideiasnet têm como objetivo a outorga de opção para subscrição de ações ordinárias, escriturais, de emissão da Companhia, em favor dos administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia e/ou de suas controladas com a finalidade de retê-los e incentivá-los a contribuir em prol dos interesses da Companhia. Para terem direito às opções de compra de ações, os beneficiários devem concluir de um a cinco anos de serviço (períodos de aquisição de direito), dependendo do plano firmado.

Os planos constituem negócio oneroso de natureza exclusivamente civil e não criam qualquer obrigação de natureza trabalhista ou previdenciária entre a Companhia e os outorgados, sejam eles empregados ou não.

Os membros do Comitê do Plano de Opção para Subscrição de Ações reúnem-se para, dentro das bases gerais do Plano, indicar os administradores, funcionários e prestadores de serviço que serão contemplados, a quantidade total de opções a ser distribuída, bem como o preço de aquisição de cada ação objeto das opções.

18.1. Informações dos planos de compra de ações da companhia

Os planos de Opção para subscrição de Ações são aprovados por meio de Assembleia Geral Extraordinária. O exercício dos lotes pode ser realizado após 12 meses da data de outorga e os beneficiários terão um prazo definido para exercê-las, transcorrido esse prazo as opções se tornam vencidas. Os detalhes do plano em vigor são como segue:

	Plano VI
Data da aprovação	04.02.13
Número de outorgas	1
Limite máximo de opções (*)	1.200.000
Limite de exercício anual	1/5
Remuneração a partir da data de outorga	Não há remuneração

(*) considerando o grupamento ocorrido em 07/07/2015

A seguir, estão sendo apresentadas as principais características de cada plano avaliado nas respectivas datas de outorga e as premissas utilizadas para o valor justo na outorga:

Plano	Quantidade de Ações outorgadas (*)	Taxa Livre de Risco Média	Volatilidade Média	Fator de Diluição Médio	Fair Value Unitário Médio
Plano 1	172.656	9,15%	64,03%	98,71%	4,20
Plano 2	300.000	8,30%	52,58%	95,62%	12,10
Plano 3	300.000	7,43%	44,83%	90,98%	38,20
Plano 4	374.000	7,13%	49,43%	86,34%	21,90
Plano 6	600.000	9,78%	86,62%	96,09%	10,90
Total	1.746.656				17,50

(*) considerando o grupamento de 10 para 1 com efeito a partir de 07/07/2015

18.2. Premissas para precificação do plano

As opções foram precificadas de acordo com o modelo de precificação de opções de Merton (1973), variante do conhecido modelo de Black & Scholes (1973), que considera o pagamento de dividendos variável não contemplada no modelo original.

As regras brasileiras e internacionais de contabilidade dispõem também que, além da justificativa do modelo selecionado para precificação das opções que compõem o Plano, sejam descritas ainda as premissas assumidas na estimativa das variáveis empregadas nos cálculos.

Preço do ativo a vista

Para os cálculos do valor dos planos na data de concessão, foi utilizada a cotação do último negócio de IDNT3 em bolsa antes da data de outorga. Para a avaliação com data-base no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foi utilizada a cotação do último negócio realizado no pregão do dia 30 de dezembro de 2015, no qual a ação estava cotada em R\$13,00.

Volatilidade esperada

Para o cálculo da volatilidade da ação foram utilizados os retornos contínuos da cotação história da ação IDNT3. A janela temporal para estimação da volatilidade esperada foi como igual ao prazo da opção.

Taxa de dividendos esperada

Não houve distribuição de dividendos desde a constituição da Companhia sendo utilizada a hipótese de não pagamento de dividendos durante a vida do programa de opções.

Taxa livre de risco

As características teóricas da taxa de retorno são as seguintes:

- i. Correlação nula com a carteira teórica que representa o mercado;
- ii. Variância de retornos igual a zero;
- iii. Ausência de restrições, em termos de volume, para captação ou aplicação de recursos pela taxa livre de risco.

Os preços de exercício das opções do Plano VI não possuem correção, portanto a taxa livre de risco deve ser a taxa de juros prefixada.

Fator de diluição de capital

A emissão de novas ações mediante o exercício das opções de compra de ações no âmbito dos Planos de Opção resultaria em uma diluição aos nossos acionistas. Como o plano primário da Ideiasnet possui opções com datas de exercício distintas, o efeito de diluição do capital deve ser avaliado cumulativamente. Por exemplo, se houver exercício de cem mil opções, haverá diluição do preço da ação na ordem de 99,39%.

Taxa de abandono esperada do programa

Os beneficiários dos planos perdem o direito de exercício das opções caso ocorram eventos como falecimento, demissão ou desligamento da Companhia. A premissa de abandono (forfeiting) adotada considerou apenas as opções nas quais os beneficiários foram desligados da Companhia antes da data de maturação (*vesting*) sendo a taxa de abandono esperada igual à taxa histórica de abandono. A taxa histórica de desligamentos de beneficiários do plano desde a sua constituição é de 31,0% do total das opções outorgadas.

Fair value

As tabelas seguintes apresentam os resultados dos cálculos de fair value dos Planos com data-base de avaliação no fechamento do exercício de 2015. Os Planos I, II, III e IV tiveram todas as opções exercidas, expiradas ou canceladas até 31 de dezembro de 2015. Plano V foi cancelado em 5 de fevereiro de 2013. A tabela a seguir apresenta os resultados dos cálculos de fair value do Plano VI, das opções ainda vigentes:

Plano	Quantidade de Ações (*)	Taxa Livre de Risco Média	Volatilidade e Média	Fator de Diluição Médio	Fair Value Total R\$ mil	Fair Value Unitário Médio
Plano VI	320.000	16,57%	48,60%	98,84%	1.699	5,31

(*) considerando o grupamento ocorrido em 30/4/2015

18.3. Movimentações do plano

A tabela a seguir concilia as opções de compra de ações em aberto no início e fim dos exercícios reportados:

	Preço de exercício médio ponderado (em R\$)	Quantidade de opções (*)
Em 31 de dezembro de 2013	24,10	537.800
Vencidas	60,90	(19.300)
Cancelado	<u>39,70</u>	<u>(133.500)</u>
Em 31 de dezembro de 2014	17,90	385.000
Cancelado	<u>17,90</u>	<u>(65.000)</u>
Em 31 de dezembro de 2015	<u>17,90</u>	<u>320.000</u>

(*) considerando o grupamento ocorrido em 30/4/2015

Em 31 de dezembro de 2015, 192.000 das opções em aberto eram exercíveis (231.000 em 31 de dezembro de 2014). Os preços de exercícios das opções remanescente é R\$17,90 e o prazo contratual remanescente varia de 4 anos a 8 anos (expiração do direito).

18.4. Opções de compras exercidas nos exercícios reportados

Não foi exercida opção de compra durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2015.

18.5. Efeito das transações sobre o resultado do exercício e a posição patrimonial financeira

	Consolidado	
	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Reversão (despesas) de remuneração baseado em ações	143	2.461
Reserva para Plano de Opções	3.369	3.429

19. PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES

As participações dos não controladores no balanço e no resultado consolidado estão representadas como segue:

a) Posição patrimonial:

Empresa	31/12/15		
	%	Patrimônio Líquido	Não Controladores
Ideiasnet Fundo de Investimento em Participação I	18,24%	(45.703)	(8.336)
BP Participações e Administração S.A.	22,00%	(23.533)	(5.177)
Z Investimentos S.A	8,53%	1.046	89
MoIP Pagamentos S.A.	32,85%	1.418	466
Montpellier Participações S.A.	48,44%	77	37
Voki Serviços de Informática S.A.	30,90%	13	4
Automatos Participações S.A.	0,64%	(30.056)	(193)
			<u>(13.110)</u>

Empresa	31/12/14		
	%	Patrimônio Líquido	Não Controladores
Ideiasnet Fundo de Investimento em Participações I	18,24%	71.461	13.035
BP Participações e Administração S.A.	22,00%	(14.597)	(3.211)
Z Investimentos S.A	8,53%	(162)	(14)
MoIP Pagamentos S.A.	32,85%	(414)	(136)
Montpellier Participações S.A.	48,44%	4.041	1.958
Voki Serviços de Informática S.A.	30,90%	5.685	1.757
Automatos Participações S.A.	0,70%	(21.643)	(152)
			<u>13.237</u>

b) No resultado:

Empresa	31/12/15		
	%	Resultado	Não Controladores
Ideiasnet Fundo de Investimento em Participações I	18,24%	(159.223)	(29.042)
BP Participações e Administração S.A.	22,00%	(9.082)	(1.998)
Z Investimentos S.A	8,53%	988	84
MoIP Pagamentos S.A.	32,85%	1.666	-
Montpellier Participações S.A.	48,44%	(3.964)	(1.920)
Voki Serviços de Informática S.A.	30,90%	(5.672)	(1.757)
Automatos Participações S.A.	0,64%	(11.398)	(76)
			<u>(34.709)</u>

Empresa	31/12/14		
	%	Resultado	Não Controladores
Reapresentado			
Ideiasnet Fundo de Investimento em Participação I	18,24%	(55.186)	(10.066)
Bnetwork Participações S.A.	15,37%	(690)	(108)
Z Investimentos S.A	0,00%	-	-
Z Investimentos S.A	8,53%	(36)	(55)
MoIP Pagamentos S.A.	32,85%	58	19
Montpellier Participações S.A.	48,44%	(351)	(4)
Voki Serviços de Informática S.A.	30,90%	(564)	(174)
Automatos Participações S.A.	0,70%	164	(611)
iMusica S.A.	2,50%	(486)	(12)
BP Participações e Administração S.A.	22,00%	(1.884)	(407)
			<u>(11.418)</u>

20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A seguir a composição da receita operacional líquida:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Receita bruta	1.120	1.147	891.481	1.587.528
Receita da venda de produtos	-	-	552.868	1.093.419
Receita de serviços prestados	1.120	1.147	338.613	494.109
Menos:				
Impostos sobre vendas	(22)	(23)	(113.709)	(193.297)
Devoluções e abatimentos	-	-	(57.772)	(114.210)
Receita operacional líquida	<u>1.098</u>	<u>1.124</u>	<u>720.000</u>	<u>1.280.021</u>

Algumas controladas e controladas em conjunto possuem certa sazonalidade em suas operações, que em geral se caracteriza pela maior relevância do segundo semestre no faturamento da Companhia.

21. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS E MERCADORIAS VENDIDAS

	Consolidado	
	31/12/15	31/12/14
Mercadorias revendidas	(552.192)	(1.013.671)
Serviços prestados	(25.633)	(32.831)
Despesa com pessoal	(8.267)	(14.027)
Serviços profissionais	(2.841)	(6.499)
Outros	(1.264)	(5.610)
Total	<u>(590.197)</u>	<u>(1.072.638)</u>

22. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS

Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos aos principais tomadores de decisões operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos. As informações apresentadas aos principais tomadores de decisões para alocarem recursos e avaliarem o desempenho dos segmentos focam nos tipos de serviços prestados e, portanto, a Companhia é dividida em cinco segmentos operacionais reportáveis:

- a. E-commerce – Bnetwork(iii), Moip (iv)
- b. Mídia, Comunicação e Conteúdo - iMusica (vendida em 2014, conforme nota explicativa nº 11) e BP Participações.
- c. Distribuição & TI - Officer (em recuperação judicial) e Tectotal.
- d. Cloud computing - Automatos.
- e. Outros - Ideiasnet, IdeiasVentures, EAX, 5225, Bourges (ii), Ideiasnet FIP I, Ideiasnet FIP II, Ideiasnet FIC, Z Investimentos (iv), Montpellier, Foxtrot (i), Chenonceau e Candeleda (i).

(i) Empresas encerradas em 31 de dezembro de 2014.

(ii) Empresa encerrada em 31 de março de 2015.

(iii) Empresa encerrada em 31 de maio de 2015.

(iv) Empresa reclassificada para ativo mantido para venda em 31 de dezembro de 2015.

A seguir apresentamos as informações financeiras sumariadas relacionadas aos segmentos reportáveis em 31 de dezembro de 2015 e 2014. Os valores fornecidos ao Comitê Executivo com relação ao resultado e ao total de ativos e passivos por segmento são consistentes com os saldos registrados nas demonstrações financeiras. A classificação dos ágios por segmento está demonstrada na nota explicativa nº 14.

31/12/15								
	E-commerce	Conteúdo/ Mídia digital	Distribuição TI	Cloud Computing	Outros	Aglutinado	Eliminações	Consolidado
Receita Líquida	17	25.391	677.025	16.470	1.097	720.000	-	720.000
Custo de Produtos Vendidos	-	(8.431)	(569.394)	(12.372)	-	(590.197)	-	(590.197)
Lucro bruto	17	16.960	107.631	4.098	1.097	129.803	-	129.803
Despesas Operacionais	(171)	(17.312)	(153.287)	(8.991)	(9.352)	(189.113)	-	(189.113)
Equivalência Patrimonial	-	-	(17.185)	-	(799.788)	(816.973)	714.092	(102.881)
Depreciação e amortização	(9)	(730)	(5.766)	(612)	(51)	(7.168)	(110)	(7.278)
Outras Despesas e Receitas	(8)	(519)	(1.354)	(1.312)	(879)	(4.072)	1.312	(2.760)
Resultado Financeiro	(2)	(7.481)	(40.425)	(4.582)	(2.317)	(54.807)	-	(54.807)
Receitas Financeiras	1	304	17.529	231	4.024	22.089	(2.895)	19.194
Despesas Financeiras	(3)	(7.785)	(57.954)	(4.813)	(6.341)	(76.896)	2.895	(74.001)
Resultado Operacional antes da Tributação	(173)	(9.082)	(110.386)	(11.399)	(811.290)	(942.330)	715.294	(227.036)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	(18.871)	-	873	(17.998)	-	(17.998)
Resultado do exercício antes das participações	(173)	(9.082)	(129.257)	(11.399)	(810.417)	(960.328)	715.294	(245.034)
Plano de Participação nos Lucros e Resultados	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado das operações descontinuadas	1.666	-	-	-	988	2.654	(1.666)	988
Lucro (Prejuízo) Líquido do Período	1.493	(9.082)	(129.257)	(11.399)	(809.429)	(957.674)	713.628	(244.046)

31/12/14								
	Reapresentado							
	E-commerce	Distribuição TI	Cloud Computing	Outros	Aglutinado	Eliminações	Consolidado	
Receita Líquida	16.457	1.225.616	11.796	10.398	1.264.267	15.754	1.280.021	
Custo de Produtos Vendidos	(23.858)	(1.029.240)	(7.966)	(4.732)	(1.065.796)	(6.842)	(1.072.638)	
Lucro bruto	(7.401)	196.376	3.830	5.666	198.471	8.912	207.383	
Despesas Operacionais	(5.343)	(212.368)	(3.457)	(11.227)	(232.395)	(9.714)	(242.109)	
Equivalência Patrimonial	-	-	(244)	(73.385)	(73.629)	71.945	(1.684)	
Depreciação e amortização	(1.005)	(5.914)	(228)	(309)	(7.456)	(632)	(8.088)	
Outras Despesas e Receitas	1.618	1.420	(4)	(1.839)	1.195	2.044	3.239	
Resultado Financeiro	11.489	(30.004)	(4.342)	(7.421)	(30.278)	(2.718)	(32.996)	
Receitas Financeiras	13.706	12.658	194	6.677	33.235	(5.294)	27.941	
Despesas Financeiras	(2.217)	(42.662)	(4.536)	(14.098)	(63.513)	2.576	(60.937)	
Resultado Operacional antes da Tributação	(642)	(50.490)	(4.445)	(88.515)	(144.092)	69.837	(74.255)	
Imposto de renda e contribuição social	-	8.210	3.169	3.005	14.384	(11)	14.373	
Resultado do exercício antes das participações	(642)	(42.280)	(1.276)	(85.510)	(129.708)	69.826	(59.882)	
Plano de Participação nos Lucros e Resultados	-	(72)	-	-	(72)	-	(72)	
Resultado das operações descontinuadas	-	-	-	-	-	36.463	36.463	
Lucro (Prejuízo) Líquido do Período	(642)	(42.352)	(1.276)	(85.510)	(129.780)	106.289	(23.491)	

31/12/15								
	E-commerce	Conteúdo/ Mídia digital	Distribuição TI	Cloud Computing	Outros	Aglutinado	Eliminações	Consolidado
Ativos								
Circulantes	-	5.390	121.043	4.444	12.392	143.269	(1.254)	142.015
Não Circulante	107.019	7.475	66.142	9.240	22.602	212.478	(27.013)	185.465
Investimento	-	18	-	-	28.778	28.796	(14.274)	14.522
Total Ativos	107.019	12.883	187.185	13.684	63.772	384.543	(42.541)	342.002
Passivos								
Circulantes	-	19.010	267.061	23.132	2.505	311.708	(2.721)	308.987
Não Circulante	105.601	17.406	9.930	20.608	38.204	191.749	(25.542)	166.207
Passivo a Descoberto	-	-	-	-	514.864	514.864	(514.864)	-
Total Passivos	105.601	36.416	276.991	43.740	555.573	1.018.321	(543.127)	475.194
Patrimônio Líquido	1.418	(23.533)	(89.806)	(30.056)	(491.801)	(633.778)	500.586	(133.192)

	31/12/14							Consolidado
	E-commerce	Conteúdo/ Mídia digital	Distribuição TI	Cloud Computing	Outros	Aglutinado	Eliminações	
Ativos								
Circulantes	79.641	10.650	355.641	5.070	34.245	485.247	(1.198)	484.049
Não Circulante	6.100	6.093	104.055	11.504	62.407	190.159	(9.150)	181.009
Investimento	-	-	-	-	249.848	249.848	(183.487)	66.361
Total Ativos	85.741	16.743	459.696	16.574	346.500	925.254	(193.835)	731.419
Passivos								
Circulantes	84.849	17.214	337.122	22.273	68.256	529.714	(6.789)	522.925
Não Circulante	1.200	14.005	83.124	15.944	15.609	129.882	(3.544)	126.338
Passivo a Descoberto	-	-	-	-	81.241	81.241	(81.241)	-
Total Passivos	86.049	31.219	420.246	38.217	165.106	740.837	(91.574)	649.263
Patrimônio Líquido	(308)	(14.476)	39.450	(21.643)	181.394	184.417	(102.261)	82.156

23. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Despesas comerciais (materiais/insumos/serviços)	-	-	(49.242)	(88.193)
Despesas de logística	-	-	(13.655)	(25.932)
Despesas de serviços de terceiros	(1.616)	(1.675)	(12.218)	(13.644)
Despesas de viagens	(137)	(303)	(1.481)	(1.982)
Despesas gerais/administrativas	(452)	(613)	(4.110)	(6.672)
Despesas com ocupação	(549)	(457)	(11.398)	(11.174)
Despesas com marketing & publicidade	-	-	(3.834)	(10.383)
Despesas com pessoal	(4.855)	(5.488)	(61.759)	(72.906)
Remuneração baseado em ações	143	2.461	143	2.461
Despesas tributárias	(122)	(136)	(10.537)	(2.037)
PCLD - Provisão para crédito de liquidação	-	-	(12.440)	(7.134)
Depreciação e amortização	(49)	(58)	(7.278)	(8.088)
Reversão/(provisões) para riscos	(9)	(894)	(8.230)	(5.004)
Reversão (constituição) de perdas no estoque	-	-	(352)	491
Total	<u>(7.646)</u>	<u>(7.163)</u>	<u>(196.391)</u>	<u>(250.197)</u>

24. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Despesa financeira				
Despesas bancárias	(2)	(2)	(2.536)	(3.168)
Juros passivos	(71)	(145)	(40.340)	(43.711)
Variação cambial passiva	-	-	(20.198)	(8.574)
Descontos concedidos	-	-	(5.775)	(2.254)
Outras despesas financeiras	(2)	(7)	(5.152)	(3.230)
Receita financeira				
Descontos obtidos	2	1	150	11.560
Receita aplicação financeira	309	20	3.652	1.476
Variação cambial ativa	4	-	12.919	7.857
Juros sobre mútuos	852	661	631	555
Outras receitas financeiras	139	465	1.842	6.493
Resultado financeiro, líquido	<u>1.231</u>	<u>993</u>	<u>(54.807)</u>	<u>(32.996)</u>

25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Em 14 de maio de 2014 foi aprovada a Lei nº 12.973 que, dentre outras matérias: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando a incidência de tributos sobre os ajustes decorrentes da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais (IFRS); e (ii) dispõe sobre a tributação de residentes no Brasil referente aos lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas. A Companhia analisou os potenciais efeitos da Lei, porém estes impactos não são relevantes.

25.1. Imposto de renda e contribuição social diferidos:

- (a) Para fins de consolidação, em função de serem valores compensáveis, o ativo oriundo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social da controladora está sendo classificado no passivo referente à diferença temporária referente a venda do FIP I.
- (b) O imposto de renda diferido passivo na controladora é oriundo do ganho na venda de cotas do FIP com a manutenção do controle. Como consequência do registro desse passivo de imposto de renda diferido, a controladora registrou créditos fiscais até o limite de 30% que poderão ser utilizados para liquidação desse passivo, nos termos do CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.

A movimentação no exercício é a seguinte:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
<u>Ativo</u>		
Saldo Ativo em 31/12/14	4.690 (a)	31.825
Diferenças temporárias - Officer	-	(14.951)
Variação do valor justo - Spring Mobile	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social - Officer	-	(2.565)
Saldo Ativo em 31/12/15	<u>4.690</u>	<u>14.309</u>
<u>Passivo</u>		
Saldo Passivo em 31/12/14	(15.634) (b)	(19.079)
Ganho sobre variação na participação sobre PPA BP Participações	-	146
Variação do valor justo - Batanga	-	906
Variação do valor justo - Spring Mobile	-	70
Saldo Passivo em 31/12/2015	<u>(15.634)</u>	<u>(17.957)</u>
Saldo Líquido em 31/12/2015	<u>(10.944)</u>	<u>(3.648)</u>

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, em decorrência do agravamento das condições econômicas e consequente pedido de recuperação judicial da controlada Officer (em recuperação judicial), foram baixados saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos da Officer (em recuperação judicial) no valor de R\$14.951.

A estimativa de realização dos saldos de ativo diferido é a seguinte:

	Consolidado	
	31/12/15	31/12/14
2015	-	10.272
2016	6.667	3.147
2017	552	3.125
2018	493	3.421
2019	5.796	3.727
Em diante	801	8.133
	<u>14.309</u>	<u>31.825</u>

Imposto de renda e contribuição social correntes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
ATIVO				
IR e CSLL	504	1.204	3.692	2.832
IRRF	-	34	1.757	5.189
	<u>504</u>	<u>1.238</u>	<u>5.449</u>	<u>8.021</u>
Circulante	504	1.238	4.744	7.686
Não circulante	-	-	705	335
PASSIVO				
IR e CSLL	-	-	1.358	1.032
IRRF	46	66	1.323	652
	<u>46</u>	<u>66</u>	<u>2.681</u>	<u>1.684</u>
Circulante	46	66	2.681	1.684
Não circulante	-	-	-	-

25.2. A despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social da Companhia e de suas controladas é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Resultado antes dos impostos	(209.337)	(12.073)	(227.036)	(74.255)
Alíquota vigente	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social	71.175	4.105	77.192	25.247
Equivalência patrimonial	(69.100)	(2.003)	(17.560)	(2.494)
Ganho de investimentos e capital	-	-	(17.420)	1.921
Prejuízo fiscal e base negativa não constituído anteriormente (a)	-	-	55	5.335
Créditos de prejuízo fiscal não constituídos	<u>(2.075)</u>	<u>(2.102)</u>	<u>(60.265)</u>	<u>(15.636)</u>
	(71.175)	(4.105)	(95.190)	(10.874)
Efeitos fiscais lançados no resultado	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(17.998)</u>	<u>14.373</u>
Corrente	-	-	(1.358)	(484)
Diferido	-	-	(16.640)	14.857

- (a) Por conta do novo parcelamento de tributos (REFIS) deliberado pela nova lei 12.996/14, a controlada Automatos constituiu ativo diferido referente a prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. Após a consolidação da Secretaria da Receita Federal, tal ativo diferido será ser utilizado como desconto de juros e multas nos termos da referida lei.

26. RESULTADO POR AÇÃO

	Controladora	
	31/12/15	31/12/14
Prejuízo do exercício	(209.337)	(12.073)
Prejuízo básico e diluído por ação	(12,8085)	(0,9874)
Quantidade média ponderada de ações	16.344	12.227

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCO

Gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas administram seus instrumentos financeiros por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos de seus instrumentos financeiros:

- Risco de capital;
- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco operacional.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e de suas controladas a cada um dos riscos supracitados, bem como o gerenciamento de risco e de capital realizado pela Companhia e suas controladas.

Estrutura de gerenciamento de risco - O gerenciamento de risco da Companhia e de suas controladas visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, definir limites e controles de riscos apropriados, e monitorar riscos e aderência aos limites definidos. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações.

O objetivo da Companhia e suas controladas ao administrar seu capital é o de assegurar a continuidade de suas operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para minimizar os custos a ela associados.

A Companhia monitora os níveis de endividamento através do índice de Dívida Líquida/EBITDA, o qual no seu entendimento representa, de forma mais apropriada, a sua

métrica de endividamento, pois reflete as obrigações financeiras consolidadas líquidas das disponibilidades imediatas para pagamentos, considerada sua geração de caixa operacional.

A Administração acompanha o cumprimento das atividades de controle de riscos e revisa periodicamente a estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia e suas controladas.

Tipos de risco

a) Risco de capital

A Companhia e suas controladas administram seu capital, para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que buscam maximizar o retorno de suas operações a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização da utilização de instrumentos de dívida e de patrimônio.

A estrutura de capital, da Companhia e suas controladas, é formada pelo endividamento líquido (empréstimos, financiamentos e debêntures), deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa, caixa vinculado e aplicações financeiras e pelo patrimônio líquido (passivo a descoberto) da Companhia.

O índice de endividamento é:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Dívida (a)	1.389	-	96.443	216.919
Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e caixa vinculado	490	290	40.966	80.190
Dívida líquida	899	(290)	55.477	136.729
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(120.082)	68.919	(133.192)	82.156

(a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures circulantes e não circulantes (vide nota explicativa nº 15).

b) Riscos de crédito

É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, e de instrumentos financeiros conforme apresentado abaixo.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Instrumentos financeiros avaliados ao valor justo (a)	-	-	5.379	8.389
Clientes	280	274	52.124	254.298
	<u>280</u>	<u>274</u>	<u>57.503</u>	<u>262.687</u>

(a) O saldo de outros instrumentos financeiros não contempla os investimentos avaliados ao valor justo: Spring Wireless e Batanga, apresentados na nota explicativa nº 6.

- Instrumentos financeiros avaliados ao valor justo

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo no consolidado de R\$5.379 é composto por aplicações em fundo de investimentos em renda fixa DI e operações compromissadas (vide nota explicativa nº 6).

Esses instrumentos financeiros são mantidos com bancos e instituições financeiras de primeira linha, o que caracteriza uma grande probabilidade de que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

- Contas a receber de clientes e outros recebíveis

O risco de crédito está relacionado à possibilidade da Companhia e suas controladas computarem perdas devido à dificuldade de cobrar os valores decorrentes de suas vendas e/ou valores de serviços. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia e suas controladas possuem políticas de concessão de créditos.

A diversificação de sua carteira de recebíveis e o acompanhamento dos prazos de vencimento das contas a receber e análise de crédito das contrapartes são exemplos de procedimentos adotados pela Companhia e suas controladas a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

A provisão para perda com recuperação representa uma estimativa de valores com baixa perspectiva de realização. Essa estimativa é determinada com base em análises individuais e coletivas estabelecida para grupos de ativos similares e nas taxas históricas de perda para ativos.

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia e suas controladas tenham dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros. Conforme descrito na nota explicativa nº 1.2, as controladas Officer (em recuperação judicial), Automatos Participações S.A., BP Participações e Administração S.A., e a controlada em conjunto Padtec S.A. incorreram em prejuízo líquido total de R\$171.587 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e, naquela data, seus passivos circulantes excederam o total dos ativos circulantes em R\$156.550, sendo esses valores representados pela participação da Companhia nessas investidas. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas relevantes ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas têm empréstimos bancários garantidos que contém cláusulas restritivas (*covenants*). O não cumprimento destas cláusulas restritivas pode exigir que a Companhia e suas controladas paguem tais compromissos antes da data indicada na tabela de fluxos de pagamentos detalhada na nota explicativa nº 15. Em decorrência do evento da recuperação judicial mencionada nas notas explicativas nº 1, as debêntures da Officer (em recuperação judicial) tiveram o seu vencimento antecipado, conforme cláusulas

contratuais, e, dessa forma, os saldos foram integralmente reclassificados para o passivo circulante.

A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos ativos e passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações:

Controladora			
31 de dezembro de 2015	De um a		
	Até um ano	três anos	Total
Caixa e aplicações financeiras vinculadas	490	-	490
Contas a receber de clientes	280	-	280
Transações com partes relacionadas - ativo	-	5.279	5.279
Empréstimos e financiamentos	-	(1.389)	(1.389)
Total	<u>770</u>	<u>3.890</u>	<u>4.660</u>

Consolidado			
-	De um a		
	Até um ano	três anos	Total
Caixa e aplicações financeiras vinculadas	35.587	-	35.587
Instrumentos financeiros avaliados ao valor justo	5.379	-	5.379
Clientes	51.734	390	52.124
Transações com partes relacionadas - ativo	-	1.444	1.444
Transações com partes relacionadas - passivo	-	(406)	(406)
Fornecedores	(160.001)	-	(160.001)
Empréstimos e financiamentos	(33.263)	(5.773)	(39.036)
Debêntures	(57.407)	-	(57.407)
Total	<u>(157.971)</u>	<u>(4.345)</u>	<u>(162.316)</u>

d) Riscos de mercado

É o risco de que alterações nas taxas de câmbio e taxas de juros impactem negativamente o resultado da Companhia e de suas controladas. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar a exposição da Companhia e controladas aos riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

- **Risco com taxas de juros**

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado referem-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. A Companhia e suas controladas não possuem celebrados contratos de instrumentos financeiros derivativos para cobrir esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de observar a eventual necessidade de contratação desses instrumentos. Na data dessas demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia e de suas controladas era:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Batanga Media Inc (vide nota 6)	-	-	11.853	14.519
Outros instrumentos financeiros (vide nota 6)	-	-	5.379	8.389
Refis	(588)	(604)	(25.877)	(24.143)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	(96.443)	(216.919)
	<u>(588)</u>	<u>(604)</u>	<u>(105.088)</u>	<u>(218.154)</u>

- **Risco cambial**

O risco cambial é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição ao risco de variações nas taxas de câmbio referem-se aos fornecedores da controlada Officer (em recuperação judicial) e ao instrumento financeiro Batanga Media. A análise de sensibilidade considera como base a cotação do dólar futuro de 31 de dezembro de 2015, divulgado na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&F.

<u>Indexador</u>		<u>Queda de 50%</u>	<u>Queda de 25%</u>	<u>Cenário Provável</u>	<u>Aumento de 25%</u>	<u>Aumento de 50%</u>
Dólar		2,1000	3,1500	4,2000	5,2500	6,3000
	<u>Saldo 31/12/15</u>	<u>Queda de 50%</u>	<u>Queda de 25%</u>	<u>Cenário Provável</u>	<u>Aumento de 25%</u>	<u>Aumento de 50%</u>
Instrumentos financeiros						
Batanga Media Inc.	11.853	(5.478)	(2.290)	898	4.086	7.274
	11.853	(5.478)	(2.290)	898	4.086	7.274
Fornecedores						
Internacionais	49.122	(22.700)	(9.489)	3.722	16.933	30.144
	49.122	(22.700)	(9.489)	3.722	16.933	30.144

e) **Risco operacional**

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

O objetivo da Companhia e de suas controladas é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação, e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações.
- Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações.
- Cumprimento com exigências regulatórias e legais.
- Documentação de controles e procedimentos.

- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados.
- Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas.
- Desenvolvimento de planos de contingência.
- Treinamento e desenvolvimento profissional.
- Padrões éticos e comerciais.
- Mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.
-

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos financeiros ativos e passivos de taxa variável:

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores dos ativos e passivos financeiros a qual a Companhia e suas controladas estavam expostas na data-base 31 de dezembro de 2015 foram definidos cinco cenários diferentes e foi preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Os ativos e passivos da Companhia e de suas controladas estão indexados, substancialmente, ao CDI de 31 de dezembro de 2015, extraído do site oficial da CETIP. Esse indicador foi definido como o cenário provável e a partir desse foram calculadas as variações decrescentes e crescentes de 25% e 50%, respectivamente. A taxa Selic foi extraído do Relatório Focus de 29 de janeiro de 2016.

Indexadores dos ativos e passivos financeiros:

Indexador	Queda de 50%	Queda de 25%	Cenário Provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%	
CDI	7,08%	10,61%	14,15%	17,69%	21,23%	
SELIC	7,13%	10,69%	14,25%	17,81%	21,38%	
	Saldo 31/12/15	Queda de 50%	Queda de 25%	Cenário Provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
Aplicações financeiras						
100% CDI	27.818	1.968	2.952	3.936	4.920	5.904
	27.818	1.968	2.952	3.936	4.920	5.904
Outros instrumentos financeiros						
100% CDI	894	63	95	127	158	190
	894	63	95	127	158	190
Empréstimos e financiamentos						
CDI + 15,86% a.a.	2.536	582	671	761	851	940
124% até 159% do CDI	24.839	2.495	3.743	4.991	6.239	7.486
	27.375	3.077	4.414	5.752	7.090	8.426
Debêntures						
CDI + 2,50% a.a.	57.407	5.497	7.527	9.558	11.589	13.620
	57.407	5.497	7.527	9.558	11.589	13.620
Parcelamento de tributos						
100% SELIC	25.877	1.844	2.766	3.687	4.609	5.531
	25.877	1.844	2.766	3.687	4.609	5.531

Classificações contábeis e valores justos

O justo valor dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados nas demonstrações financeiras, são os seguintes:

		31/12/15			
Ativos	Classificação	Controladora		Consolidado	
		Valor	Valor	Valor	Valor
		Contábil	Justo	Contábil	Justo
Caixa e equivalentes de caixa	-	490	490	31.343	31.343
Caixa e aplicação financeira vinculados	Empréstimos e recebíveis	-	-	4.244	4.244
Instrumentos financeiros avaliados ao valor justo	Valor justo por meio do resultado	-	-	19.136	19.136
Clientes	Empréstimos e recebíveis	-	-	52.124	52.124
Contratos de mútuos	Empréstimos e recebíveis	3.370	3.370	1.443	1.443
Outros valores a receber e créditos com outras partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	2.594	2.594	11.478	11.478
Passivos					
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	1.389	1.389	96.443	96.443
Fornecedores	Custo amortizado	-	-	160.001	160.001
Demais obrigações	Custo amortizado	1.440	1.440	42.708	42.708

		31/12/14			
Ativos	Classificação	Controladora		Consolidado	
		Valor	Valor	Valor	Valor
		Contábil	Justo	Contábil	Justo
Caixa e equivalentes de caixa	-	290	290	50.227	50.227
Caixa e aplicação financeira vinculados	Empréstimos e recebíveis	-	-	21.574	21.574
Instrumentos financeiros avaliados ao valor justo	Valor justo por meio do resultado	-	-	22.908	22.908
Instrumentos financeiros avaliados ao valor justo	Disponível para venda	-	-	1.149	1.149
Clientes	Empréstimos e recebíveis	-	-	254.298	254.298
Contratos de mútuos	Empréstimos e recebíveis	3.308	3.308	1.602	1.602
Outros valores a receber e créditos com outras partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	5.840	5.840	25.251	25.251
Passivos					
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	-	-	216.919	216.919
Fornecedores	Custo amortizado	-	-	243.798	243.798
Demais obrigações	Custo amortizado	1.469	1.469	35.395	35.395

Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Não houve instrumentos financeiros alocados ao Nível 1, e não ocorreram transferências de níveis no período observado.

No que tange ao cálculo dos valores justos, consideramos:

- Caixa e equivalentes de caixa - Contas correntes valorizadas conforme posições dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI na data da apresentação das demonstrações financeiras.
- Aplicações financeiras - Aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI na data da apresentação das demonstrações financeiras.

- Outros instrumentos financeiros - Os investimentos em instrumentos financeiros são mensurados pela metodologia de avaliação de múltiplos e por fluxo de caixa descontado.
- Clientes -“Empréstimos e recebíveis” mensurados pelo custo amortizado, pois são contabilizados considerando o saldo em aberto incluindo os juros incorridos até a data da apresentação das demonstrações financeiras.
- Empréstimos, financiamentos e debêntures - Considerando que o valor justo é o montante pelo qual um passivo poderia ser liquidado e que os empréstimos, financiamentos e debêntures existentes referem-se às dívidas bancárias, a Companhia e suas controladas entendem que o saldo contábil apresentado no balanço patrimonial reflete o seu valor justo, visto que no caso de uma possível liquidação da dívida em 31 de dezembro de 2015, o valor do desembolso seria similar ao valor contabilizado.

28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

28.1. Transações comerciais e financeiras com partes relacionadas

As transações comerciais e financeiras realizadas entre a Companhia e suas partes relacionadas referem-se, principalmente, a contratos de mútuos, conta corrente entre empresas e adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC). A média de juros utilizada pela Companhia para atualização dos contratos de mútuo é 1% a.m. e possuem vencimentos de até 1 ano, renováveis por período indeterminado.

	Controladora			
	Ativo			
	31/12/15		31/12/14	
	Transações com partes relacionadas	Contratos de mútuo	Transações com partes relacionadas	Contratos de mútuo
BP Participações e Administração S.A.	-	1.926	-	1.706
Igor Senra Magalhães	-	872	-	990
Leonardo Soares Barbosa Mendes	-	572	-	612
Officer Distribuidora	1.909	-	8	-
Moip Pagamentos S.A.	-	-	3	-
Total	1.909	3.370	11	3.308
	31/12/15		31/12/14	
Circulante	-		-	
Não circulante	5.279		3.319	
	5.279		3.319	

	Consolidado					
	Ativo				Passivo	
	31/12/15		31/12/14		31/12/15	31/12/14
	Transações com partes relacionadas	Contratos de mútuo	Transações com partes relacionadas	Contratos de mútuo	Transações com partes relacionadas	Transações com partes relacionadas
Moyses Labio	-	-	-	-	406	406
Igor Senra Magalhães	-	872	-	990	-	-
Leonardo Soares Barbosa Mendes	-	571	-	612	-	-
Outros	1	-	8	-	-	-
Total	<u>1</u>	<u>1.443</u>	<u>8</u>	<u>1.602</u>	<u>406</u>	<u>406</u>
	31/12/15	31/12/14			31/12/15	31/12/14
Não circulante	1.444	1.610			406	406
	<u>1.444</u>	<u>1.610</u>			<u>406</u>	<u>406</u>

	31/12/15	
	Controladora	Consolidado
Receita de juros sobre mútuos		
BP Participações e Administração S.A.	220	-
Igor Senra Magalhães	146	146
Leonardo Soares Barbosa Mendes	90	90
Total	<u>456</u>	<u>236</u>

Conforme mencionado na nota explicativa nº 15, a Ideiasnet é avalista em empréstimos da controlada indireta Automatos Participações S.A..

28.2. Remuneração do pessoal chave da Administração

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o estatuto social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global de remuneração anual dos administradores, que inclui os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretores Estatutários.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2015, foi aprovada (i) a fixação da remuneração anual global máxima dos administradores em até R\$8.000 cabendo ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba individualmente; e (ii) a remuneração mensal individual dos membros do Conselho Fiscal não inferior a R\$5, respeitado sempre o limite mínimo previsto no §3º do art. 162 da Lei das S.A.

A Companhia considera pessoal-chave de sua Administração os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretores Estatutários, em consonância com o estatuto da Companhia, cujas atribuições envolvem o poder de decisão e o controle de suas atividades.

	Controladora	
	31/12/15	31/12/14
Salário ou pró-labore	(1.706)	(1.789)
Remuneração variável (Bônus e PLR)	(744)	(745)
Reversão (despesas) com plano de opções	2.461	2.461
Outros benefícios	(134)	(123)
	<u>(123)</u>	<u>(196)</u>

29. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

- a) Como mencionado na nota explicativa nº 12, em 2 de dezembro de 2013, a Companhia por meio da investida Ideiasnet FIP I, assinou contrato vendendo sua participação na Ciashop Soluções para Comércio Eletrônico S.A. para a TOTVS Brasil Sales Ltda. pelo valor de R\$11.881, sendo recebidos R\$11.231 e R\$650 a serem recebidos em duas parcelas anuais. O contrato previa que a venda estava sujeita à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), e tal aprovação foi obtida em 6 de janeiro de 2014, e a respectiva transferência das ações ocorreu em 5 de fevereiro de 2014.
- b) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia compensou o montante de R\$985 com a sua controlada Ideias Ventures, a título de conta-corrente. O mesmo ocorreu entre a Companhia e a sua controlada EAX Participações no montante de R\$56 referentes a compensação de rateio de despesas entre as partes.
- c) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia compensou o montante de R\$181 com a sua controlada IdeiasVentures , à título de conta corrente.
- d) Em 28 de julho de 2014, a controlada indireta EAX Participações aumentou o capital social da Bnetwork por meio da integralização de mútuos contra a mesma no valor de R\$7.239.
- e) Em 10 de setembro de 2014, a controlada indireta IdeiasVentures aumentou o capital social da Automatos mediante integralização de mútuos contra a mesma, no montante de R\$20.000 com a emissão de 113.510.883 ações ordinárias.
- f) Em 31 de dezembro de 2014, a controlada indireta IdeiasVentures aumentou o capital social da Automatos mediante integralização de mútuos contra a mesma, no montante de R\$13.102 com a emissão de 74.356.861 ações ordinárias.
- g) Em 30 de novembro de 2015, a controlada indireta IdeiasVentures aumentou o capital social da Automatos no montante de R\$2.988 mediante integralização de mútuos contra a mesma, no montante de R\$2.012 e cessão de Investimento na Automatos Tecnologia de Informação Ltda. no montante de R\$976, totalizando uma aumento com a emissão de 16.957.435 ações ordinárias.
- h) Em 06 de novembro de 2015, o Banco BCV efetivou assunção da dívida da controlada indireta Officer no montante de R\$1.923, na qual a Ideiasnet era avalista, conforme demonstrado na nota explicativa nº15.
- i) Em 31 de dezembro de 2015, a controlada indireta Z Investimentos foi reclassificada para ativos e passivos mantidos para venda, vide nota explicativa nº 11.

30. SEGUROS

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os estoques da controlada Officer (em recuperação judicial) estão segurados através do contrato de prestação de serviços do operador logístico. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das

demonstrações financeiras e consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia e suas controladas possuíam as seguintes apólices de seguro contratadas com terceiros:

<u>Bens segurados</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Montante da cobertura</u>	<u>Vigência da cobertura</u>
Patrimonial	Incêndios/danos	14.800	13/02/2015 a 31/12/2016
	Responsabilidade civil	20.000	
Transporte	Riscos rodoviários	250	

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em janeiro de 2016, a controlada Officer (em recuperação judicial) protocolou o Plano de Recuperação Judicial com o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, tendo sido publicado no dia 27 de janeiro de 2016, no Diário Oficial, o Edital de Processamento de Recuperação Judicial para que os credores pudessem analisar os créditos e efetuar contestação na eventual divergência de valores.

Em 22 de fevereiro de 2016, a controlada Ideiasnet Fundo de Investimento em Participações I assinou com a Wirecard o contrato de compra e venda de ações, no valor de 37 milhões de euros (correspondentes a aproximadamente R\$165 milhões na taxa de conversão atual) pela aquisição de 100% das ações da Moip Pagamentos S.A. (“MOIP”). O valor da transação é baseado no desempenho passado e futuro do MOIP e consiste em uma pagamento inicial de 23.5 milhões de euros e 3 pagamentos anuais a título de *earnout* de 4.5 milhões de euros cada, condicionados ao atingimento pelo MOIP de determinados indicadores de desempenho nos anos fiscais de 2016, 2017 e 2018, respectivamente. Através da transação Wirecard adquire 100% das ações da Z Investimentos S.A. (da qual o Ideiasnet Fundo de Investimento em Participações I detém 91,47%), detentora de 59,42% do capital social do MOIP assim como 40,58% das ações do MOIP detidos por 3 sócios fundadores da empresa junto a outros membros da administração.

Diretoria executiva

Sami Amine Haddad
Diretor Presidente e de Relações
com Investidores

Renata Cristina Saettler Reis
Diretora Administrativo-
Financeira

Cesar do Monte Pires
Contador

CRC/RJ - 064657/O